



Proletários de todo  
o mundo, UNI-VOS!

# Voz Operária

Jornal da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes - [www.cclcp.org](http://www.cclcp.org) - ANO XIII - N 18 - Novembro 2011 - Contribuição: R\$ 2,00

## ORGANIZAÇÃO

12º Encontro Nacional  
da CCLCP

pag 2

Escola de Formação  
Luiz Carlos Prestes



pag 3, 4 e 5

## EDUCAÇÃO

1º Seminário Nacional  
de Universidade Popular



pag 6 e 7

## INTERNACIONAL

A ofensiva do capital  
e as classes trabalhadoras



pag 8

## NACIONAL

NOTA: "A necessidade do Bloco  
das Forças Sociais Populares  
e a Frente de Esquerda"

pag 12 e 13

## PARLAMENTO

A corrupção é imanente  
à sociedade burguesa

pag 14 e 15

## JUVENTUDE

JCA realiza seu  
VI Encontro Nacional

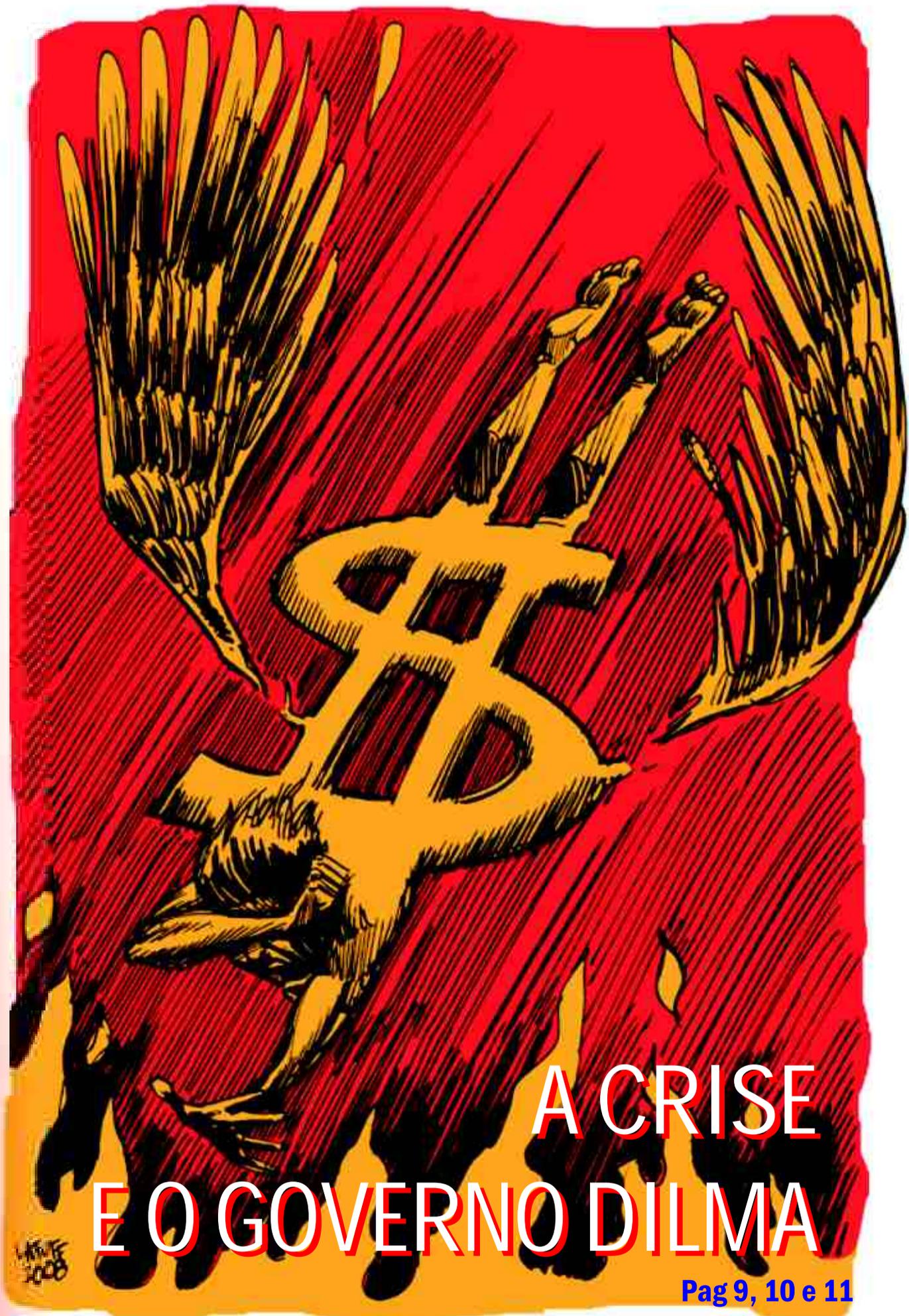


pag 16

## TEORIA

Crítica do uso e abuso das  
noções de "Globalização"  
e "Neoliberalismo"

pag 14 e 15



# A CRISE E O GOVERNO DILMA

Pag 9, 10 e 11

Contato: [imprensa@cclcp.org](mailto:imprensa@cclcp.org)



# 12º Encontro Nacional da CCLCP ocorrerá em 2012

Ano em que a organização completa 20 anos de história, será aprovado o Programa Partidário

**A** Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes está construindo o seu 12º Encontro Nacional, previsto para final de 2012, ano em que completa 20 anos de existência. Em sua infância, a CCLCP teve muitas dificuldades. A morte de Luiz Carlos Prestes em 1990, a queda da União Soviética, foram fatores que resultaram em uma significativa dispersão da organização. Por esses e outros fatores, muitos dos elementos que se projetavam lá no início, não haviam ainda encontrado solo fértil para germinar.

Assim, uma organização comunista deve sempre *prever a auto-superação*, se adequando e se aperfeiçoando de acordo com a conjuntura e na perspectiva da estratégia socialista. Para a CCLCP, no atual momento, isso implica em assumir tarefas superiores de organização, de *caráter partidário*. Isso significa maior profissionalismo, de funcionamento mais estável das instâncias, através do exercício dos princípios do centralismo democrático e da direção coletiva, seguindo as linhas políticas aprovadas nos espaços adequados, desde os congressos às células de base.

A Direção Nacional da CCLCP entende que devemos traçar um caminho consciente para superar o espontaneísmo e o trabalho artesanal. Assim, não se trata de construir já o Partido Revolucionário, que deverá se constituir como

alianças” (PRESTES, L.C., “Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário”). Se a conquista do poder político tem como um de seus pré-requisitos o Partido Revolucionário, este também possui os seus, que tampouco surgirão espontaneamente, pois o “trabalho de massas” e a “política correta de alianças”, para que sejam efetivas e duradouras, já são em si tarefas que demandam estrutura de partido e uma formulação teórica e política que instrumentalizem os revolucionários para estabelecer apontamentos adequados à realidade.

Sendo assim, o nosso Encontro terá 3 eixos principais: 1) ESTRATÉGIA; 2) CONJUNTURA E TÁTICA; e 3) CONCEPÇÃO DE PARTIDO E ESTATUTO. Esses 3 eixos contêm em si as propostas de teses que serão apresentadas pela Direção Nacional às bases até 15 de Fevereiro de 2012. Posteriormente, será feito um processo de debates internos através da instalação de uma tribuna de debates através de contribuições das bases que deverão ser entregues até 15 de Junho de 2012. Por fim, todas as contribuições serão debatidas entre todos os militantes para a construção das resoluções do 12º ENCCCLCP, o qual está previsto para ocorrer em Novembro de 2012.

Direção Nacional  
Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes

“uma organização comunista deve sempre prever a auto-superação, se adequando e se aperfeiçoando de acordo com a conjuntura e na perspectiva da estratégia socialista”

direção da classe e do povo através da experiência prática das massas na implementação de uma linha política correta. Sabemos que muitos deverão cumprir para que essa tarefa se concretize. No entanto, entendemos que é necessário visualizar desde já esta necessidade: “*é necessário um partido revolucionário que, baseado na luta pela aplicação de uma orientação política correta, conquiste o lugar de vanguarda reconhecida da classe operária. Um partido operário, pela sua composição e pela sua ideologia, em que a democracia interna, a direção coletiva e a unidade ideológica, política e orgânica seja uma realidade construída na luta*” (PRESTES, L.C. “Carta aos Comunistas”). Portanto, a construção do Partido Revolucionário é uma tarefa árdua que exigirá uma série de mediações que não são completamente previsíveis atualmente. No entanto, nós da CCLCP entendemos que para contribuirmos com esse caminho, devemos nos constituir enquanto uma organização de *caráter partidário*, que passa pela consolidação da democracia interna, direção coletiva, unidade ideológica, política e orgânica, centralismo democrático, política de formação de quadros, estabilidade na imprensa e propaganda da organização, aprofundamento da inserção real no movimento de massas, internacionalismo proletário, etc. Assim, há um abismo entre a concepção proletária e a concepção burguesa de *partido*: esta última canaliza todos os esforços para a lógica eleitoral.

Entendemos também que “*não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária*” (PRESTES, L.C., “Carta aos comunistas”) e no mesmo encontro que buscaremos profissionalizar nosso funcionamento orgânico, será aprovado nosso PROGRAMA PARTIDÁRIO, que deve estabelecer as diretrizes da estratégia e tática da organização. Está formulação levará em conta o caráter socialista da Revolução Brasileira em um país de formação capitalista dependente, bem como as mediações necessária para a sua concretização dentro da totalidade da crise estrutural do capital. É necessário “*elaborar uma nova estratégia, efetivamente revolucionária, que aponte para a construção do bloco de forças anti-monopolistas, capaz de conquistar, sob a direção da classe operária, o poder político - anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiário - que abra caminho para o socialismo. Para alcançar essa meta revolucionária, necessitamos construir um novo Partido, efetivamente revolucionário, o que só se alcançará através do trabalho de massas e aplicando uma política correta de*

## Em breve estará no ar o novo sítio da CCLCP

**E**stamos trabalhando em uma nova página na internet para a organização. A JCA e o MAS também trabalham em páginas independentes. O novo sítio estará completamente renovado, com novas seções e maior dinamismo. Serão compilados o histórico da CCLCP, os documentos, o programa (assim que este for aprovado), arquivos multimídia (vídeos, áudio), o desenvolvimento da Escola de Formação Luiz Carlos Prestes (com cursos, artigos, programa de formação, etc), além das notícias (internacional, nacional, sindical e juvenil) e novas atividades que venham surgir no futuro.

A Imprensa e Propaganda são atividades fundamentais de um Partido Revolucionário. Elas servem como instrumentos práticos para o exercício da direção coletiva e da democracia da organização, para um maior alcance e difusão da política da organização, para agitação em momentos de maior efervescência do movimento de massas e, sobretudo, como ferramenta organizadora, pois exige a formação de uma rede que com o tempo vai destacando quadros e profissionalizando os organismos internos. Os comunistas devem ser capazes de no futuro enfrentar todo o aparato e a propaganda ideológica sistemática do Estado e da burguesia. É preciso estar à altura deste desafio, se utilizando das mais diversas formas (internet, rádio, TV, jornal, etc). As armas do capitalismo estarão a favor da transformação social.



# A ESCOLA DE FORMAÇÃO LUIZ CARLOS PRESTES

## Concepção, avaliação e apontamentos futuros

**A**s palavras de Álvaro Cunhal (1995, p.158) permitem refletir sobre o valor da formação para um quadro comunista, especialmente no que diz respeito ao seu constante aperfeiçoamento, pois “*A vida de um quadro é um constante esforço de aperfeiçoamento. Aperfeiçoamento político, pela aquisição de conhecimentos teóricos, pela prática, pela experiência adquirida. Aperfeiçoamento técnico, pela aquisição de instrumento necessário à ação. Aperfeiçoamento moral, pela constante ação educativa do Partido e pela ação revolucionária que é por si só, uma verdadeira escola do caráter.*”

A formação de quadros comunistas envolve conhecimento teórico, prático, técnico e moral. Estes quatro aspectos são a espinha dorsal da formação comunista e devem ter igual importância no nosso aperfeiçoamento e na nossa ação política diária. Marx, Engels e Lênin, para citarmos apenas os fundadores clássicos do marxismo, tiveram como responsabilidade de comunista associar estudo e ação política revolucionária na explicação das origens e do desenvolvimento da luta de classe e, assim, alcançar a ruptura com a ordem burguesa. Com a radicalidade teórica e política eles explicitaram o modo de produção capitalista de seu tempo e a forma como o capital aprofunda e repõe a expropriação, a dominação e a exploração através da hegemonia daqueles que têm os meios de produção (burguesia) sobre os que têm apenas sua força de trabalho (proletariado) para se manter vivo.

Com os exemplos dos fundadores do marxismo concluímos que num partido revolucionário – que tenha o marxismo-leninismo como teoria do socialismo científico – o estudo (individual e coletivo) tem a mesma centralidade que a militância orgânica no partido e no movimento de massa. O estudo é uma exigência e uma arma indispensável para o comunista, pois é instrumental que permite o aprofundamento na formação teórica e no conhecimento do marxismo-leninismo (sistema teórico que abrange concepção de mundo, filosofia, ciência, política, método) para explicar, transformar e romper com a ordem burguesa.

Como descreve Lênin (1979, p.35), o marxismo e suas fontes oferecem “*aos homens uma concepção integral do mundo, inconciliável com toda a superstição, com toda a reação, com toda a defesa da opressão burguesa. O marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política e o socialismo francês.*”. Nesse sentido, o objetivo de uma Escola de Formação Comunista é possibilitar aos quadros do partido revolucionário a compreensão e apropriação dos fundamentos do marxismo-leninismo. Isto é, contribuir com a educação dos setores de vanguarda da classe trabalhadora no socialismo científico. A escola de formação Luis Carlos Prestes deverá, portanto, contribuir com os comunistas no cumprimento de duas tarefas fundamentais: 1. Constituir o próprio grupo de intelectuais do proletariado. 2. Educar as massas populares contribuindo para formação de uma consciência revolucionária da classe trabalhadora a serviço da transformação prática do mundo (Barbosa, 1988, p. 02).

Numa organização comunista e revolucionária o estudar é uma prioridade central e fundamental para a ação prática militante, pois de acordo com Lênin:

“Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário. Nunca se insistirá demasiadamente nesta idéia numa altura em que a prédica em voga do oportunismo aparece acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas de atividade prática. E para a social-democracia<sup>1</sup> russa a importância da teoria é maior por três razões, muito frequentemente esquecidas, a saber: primeiramente, porque o nosso partido apenas começou a formar-se, apenas começou a elaborar a sua fisionomia, e está muito longe de ter ajustado contas com as outras tendências do pensamento revolucionário que ameaçam desviar o movimento do caminho correto. [...] Em segundo lugar, o movimento social-democrata é, pela sua própria natureza, internacional. Isto não significa apenas que devemos combater o chauvinismo nacional. Significa



## ESCOLA DE FORMAÇÃO LUIZ CARLOS PRESTES

também que um movimento incipiente num país jovem só se pode desenvolver com êxito desde que aplique a experiência de outros países. E para isso não basta simplesmente conhecer a experiência ou copiar simplesmente as últimas resoluções: para isso, é preciso saber assumir uma atitude crítica perante essa experiência e comprová-la por si próprio. [...] Em terceiro lugar, a social democracia russa tem tarefas nacionais como nunca teve nenhum partido socialista no mundo. [...] De momento, queremos simplesmente indicar que só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel combatente de vanguarda” (Lênin, 1979, p.96. grifo de Lênin)

Mais adiante Lênin afirma que “Engels reconhece na grande luta da social-democracia não duas formas (a política e a econômica) – como se faz entre nós – mas três, colocando a seu lado a luta teórica” (Lênin, 1979, p.96. grifo de Lênin). Lênin transcreve o prefácio escrito por Engels no livro *A guerra camponesa na Alemanha* com o objetivo de demonstrar os desafios que o proletariado russo terá que enfrentar nas três formas de luta que a realidade da contra-revolução impõe ao movimento socialista: a luta teórica, a luta política e a luta econômica. Passamos a transcrever as recomendações de Engels ao movimento operário alemão:

“Os operários alemães têm duas vantagens essenciais sobre os operários do resto da Europa. A primeira é que pertencem ao povo mais teórico da Europa e conservam em si esse sentido teórico quase já completamente perdido pelas chamadas classes ‘cultas’ da Alemanha. Sem a filosofia alemã que o precedeu, sobretudo sem a filosofia de Hegel, o socialismo científico que alguma vez existiu, nunca se teria constituído. Se os operários não tivessem tido esse sentido teórico, este socialismo científico nunca teria tornado, tanto como se tornou hoje, carne da sua carne, sangue do seu sangue. E que esta vantagem é imensa demonstra-o, por um lado, a indiferença por toda a teoria, que é uma das principais razões de que o movimento operário inglês avance tão lentamente, apesar da excelente organização dos diferentes ofícios, e, por outro lado, demonstram-no a perturbação e a confusão semeada pelo proudhonismo, na sua forma inicial, entre os franceses e os belgas, e, na sua forma caricatural, que lhe deu Bakúnine, entre os espanhóis

e os italianos.

Segunda vantagem consiste no fato dos alemães terem sido quase os últimos a integrar-se no movimento operário. Do mesmo modo com o socialismo teórico alemão nunca esquecerá que se senta nos ombros de Saint-Simon, Fourier e Owen – três pensadores que, apesar de todo o caráter fantasista e de todo o utopismo das suas doutrinas, se contam entre os maiores cérebros de todos os tempos e se anteciparam genialmente a uma infinidade de verdades cuja exatidão agora estamos a demonstrar cientificamente, também assim o movimento operário da Alemanha nunca deve esquecer que se desenvolveu sobre os ombros do movimento inglês e francês, que teve a possibilidade de tirar simplesmente partido da sua experiência custosa, de evitar no presente os erros que então, na maior parte dos casos, não era possível evitar. Onde estaríamos agora sem o precedente das trade-unions inglesas e da luta política dos operários franceses, sem esse impulso colossal que deu especialmente a Comuna de Paris?

Há que fazer justiça aos operários alemães por terem aproveitado, com rara inteligência, as vantagens da sua situação. Pela primeira vez desde que o movimento operário existe, a luta é conduzida metodicamente nas suas três direções, coordenadas e ligadas entre si: teórica, política e econômica-prática (resistência aos capitalistas). É neste ataque, concêntrico por assim dizer, que reside precisamente a força e a invencibilidade do movimento alemão.

Essa situação vantajosa, por um lado, e as particularidades insulares do movimento inglês e a repressão violenta do movimento francês, por outro lado, fazem com que os operários alemães se encontrem agora à cabeça da luta proletária. Não é possível prever durante quanto tempo os acontecimentos lhes permitirão ocupar este posto de honra. Mas, enquanto o ocuparem, é de esperar que cumprirão devidamente as obrigações que lhes impõem. Para isso, terão de redobrar os seus esforços em todos os domínios da luta e da agitação. Em particular, os dirigentes deverão instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, libertar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da antiga concepção do mundo, e ter sempre presente que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, exige ser tratado como uma ciência, isto é, ser estudado. A consciência assim alcançada e cada vez mais lúcida deve ser difundida entre as massas operárias com zelo cada vez maior, deve consolidar-se cada vez mais fortemente a organização do partido e a dos sindicatos.” (Engels apud Lênin, 1979, p.98-99). ►



Estas questões assinaladas por Lênin no livro *O que fazer?* são centrais para a formação, pois muitos são os enfrentamentos que a ordem autocrática burguesa impõe aos comunistas e a todos aqueles que optaram pela construção da revolução dentro e contra a ordem. Na primeira citação quando Lênin escreve sobre a íntima relação entre teoria revolucionária e movimento revolucionário é possível inventariar alguns aspectos para discutir o papel que a Escola de Formação Luis Carlos Prestes deverá desempenhar na CCLCP. *Primeiro* são as armadilhas que o período contra-revolucionário impõe ao movimento revolucionário através do oportunismo e do reformismo que se concretizam nas concepções estritas e limitadas de atividade prática sem a devida valorização da teoria, ou seja, é a prática que tem valor como uma atividade revolucionária em si mesma.

A luta contra o reformismo e pelo socialismo exige a apropriação da teoria. Para isso, os quadros dirigentes e seus militantes precisam estudar para se libertarem das fraseologias<sup>2</sup> que compõem a ideologia dominante e confunde a luta revolucionária. Para justificar essa centralidade da teoria como arma contra o oportunismo e o reformismo, Lênin apresenta três explicações que são referências para a nossa organização hoje: a construção do Partido, a criticidade nas relações internacionalistas e as tarefas nacionais, que só podem ser enfrentadas por um partido guiado por uma teoria de vanguarda.

A primeira referência, reflexão sobre o partido, nos remete a CCLCP, que tem um longo caminho para compor a sua fisionomia, seus princípios e que para enfrentar os dilemas do nosso capitalismo dependente urge que o conjunto de seus quadros tenha consolidado como uma “segunda natureza” a teoria revolucionária

do marxismo-leninismo. Portanto o *aprofundamento teórico* é uma atividade militante, assim como a luta nos sindicatos, no movimento estudantil, nos movimentos sociais, etc. O *estudo*, realizado individualmente e coletivamente, é parte orgânica da nossa militância comunista, principalmente porque a dominação autocrática burguesa no Brasil impõe aos trabalhadores brasileiros, através da escola pública e de outros espaços formativos, o antiintelectualismo, a valorização da cultura oral e visual em detrimento do estudo, da escrita e da leitura. Além dessa herança histórica, patrocinada pela dominação burguesa, é fato que há muitos “pseudo-intelectuais”, autodenominados de esquerda, cuja referência são os princípios da “pós-modernidade” pautada no neopositivismo de negação da teoria e de glorificação apenas do conhecimento empírico.

A segunda referência sobre o internacionalismo nos permite refletir este aspecto na ação orgânica da CCLCP (relação com as outras forças internacionais partido, organizações, governo, etc, ou as tarefas de solidariedade). Lênin destaca que os exemplos e as alternativas dos processos revolucionários não devem ser importados de forma acrítica. É determinante o uso da crítica e para isso só o aprofundamento teórico (estudos dos clássicos do marxismo e da nossa realidade) permite travar o diálogo com estas experiências socialistas separando quais serão as referências e os aspectos que não cabem na luta de classe da realidade brasileira para alcançarmos o advento do socialismo. Os processos revolucionários são construídos internamente com trabalho de base para organizar os de baixo e o conhecimento teórico *da nossa realidade*.

A teoria é parte intrínseca da prática revolucionária especialmente nos dois aspectos que são os pilares centrais de uma organização comunista, ou seja, sentido

teórico para a construção do Partido, pois este é determinante para mantê-lo afastado das armadilhas dos oportunistas e dos reformistas que fazem parte da sociedade burguesa. A teoria também cumpre um papel central no internacionalismo, pois devemos ser críticos para não cairmos na visão ingênua de que é possível importar processos revolucionários.

Um dos grandes desafios que os comunistas têm hoje na realidade brasileira é manter na militância orgânica a indissociabilidade entre a teoria e a ação militante. Este desafio repõe o debate nos

**“A teoria é parte intrínseca da prática revolucionária (...) Um dos grandes desafios que os comunistas têm hoje na realidade brasileira é manter na militância orgânica a indissociabilidade entre a teoria e a ação militante”**

termos que Engels desenvolveu sobre a centralidade do movimento operário e do comunista atuar de forma concomitante e articulada em três frentes: a luta teórica, a luta política e a luta econômica. Mas qual é o significado desta luta teórica? O movimento operário e comunista – não apenas no exemplo alemão da época descrita por Engels – é herdeiro do desenvolvimento intelectual alcançado pela humanidade e pelos avanços do marxismo como ciência ao longo dos últimos séculos. É essencial que uma organização revolucionária cumpra o

seu papel de formador político através de uma educação socialista que possa viabilizar o sentido e o valor da teoria na formação de seus quadros, na sua estratégia revolucionária e nas suas táticas políticas cotidianas.

Temos que assumir uma educação socialista nos processos de formação, pois de acordo com Florestan Fernandes (1989, p.152), *“o principal fator de socialização política do trabalhador ainda é o partido político. Em segundo lugar, poderá ser o sindicato operário que tenha caráter libertário e socialista. [...] O desenvolvimento do proletariado, apenas, não cria as condições necessárias para que o trabalhador se torne socialista. É preciso que haja um esforço sistemático no sentido de educar o trabalhador para que ele assuma uma posição socialista na crítica da ordem capitalista existente. Por isso, os partidos proletários socialistas têm uma importância muito grande [...] É através da luta de classes que o trabalhador descobre que contra a ordem existente ele precisa desenvolver uma filosofia própria, para que possa lutar pela transformação da sociedade capitalista e pelo advento de uma sociedade socialista.”*

O partido só cumprirá a função de socialização política e de preparação dos quadros da classe trabalhadora quando assumir a luta teórica como central. Por exemplo, nossos quadros precisam atuar nos sindicatos através de um esforço sistemático para que a sua base assumam uma posição socialista na crítica da ordem existente e, concomitantemente, aproveitar o dinamismo e as contradições da luta de classe para conscientizar o trabalhador que ele precisa ter uma filosofia própria, ou seja, conhecer o marxismo-leninismo como guia para sua ação. Nesta educação socialista o militante deve assumir o estudo individual para o conhecimento da história da luta de classe e do socialismo, como base da sua formação, etc. O marxismo-leninismo é uma ciência que precisa ser apreendida pelos trabalhadores como uma segunda pele na formação, na atuação política e moral dos militantes. Não poderemos reproduzir a tática da burguesia que se auto-intitula culta e prega a indiferença teórica, como muitos dos seus intelectuais orgânicos pós-modernos. Portanto, não se avança na destruição da ordem burguesa e na luta contra o reformismo se o partido não desenvolve o sentido teórico que permite ao comunista compreender a essencialidade da luta teórica estar articulada a luta política e a luta econômica. Como disse Engels, ao ser referir ao movimento operário inglês, não adianta ter movimento organizado nos sindicatos se os pressupostos da luta teórica não estiverem articulados com as demais lutas política e econômica.

<sup>1</sup>Ala da esquerda da socialdemocracia russa, que depois ficaria conhecida como bolchevique e comunista.

<sup>2</sup>Um exemplo atual desta fraseologia descrita por Engels é temática do neoliberalismo como uma nova política dentro do capitalismo. Esta fraseologia de luta contra o neoliberalismo tornou-se uma mistificação cujo objetivo é mascarar o papel e o aprofundamento do imperialismo e do capitalismo monopolista, e ao mesmo tempo, retira da pauta de discussão e de reivindicação das esquerdas a alternativa do socialismo, pois a luta principal é pela derrubada do neoliberalismo e não pela revolução dentro da ordem e contra a ordem. Florestan, no final dos anos 60 e início dos anos 70, empreendeu a recapturação das categorias revolução, luta de classe, imperialismo, dominação burguesa, etc. A CCLCP e seus quadros precisam no enfrentamento da luta teórica atual recapturar as temáticas da revolução, do socialismo, do imperialismo, dentre outras para combater a fraseologia do neoliberalismo, globalização, pois a conjuntura histórica nos exige essa atitude crítica.



Abertura da EFLCP com Anita Leocádia Prestes, que falou sobre a “Carta aos Comunistas”



## A importância da EFLCP

A formação de um quadro militante tem três eixos de realização: primeiro é o estudo individual, segundo a sua militância em núcleo de base e na frente de massa e terceiro através de estudo em grupo, cursos, seminários, palestras, vivências orgânicas.

O estudo individual é base da formação e do compromisso de todo o militante com a organização. Muitas vezes quando pensamos na formação de quadros concluímos que os cursos e palestras são suficientes para que o militante assimile os conhecimentos do marxismo e os conhecimentos da militância orgânica. No entanto, o primeiro grande desafio é exercer com disciplina estudo individual planejado, permanente e metódico. Para isso, é preciso refletir sobre as condições para se estudar, ter consciência que é preciso persistir diante das dificuldades e criar espaços coletivos e grupos de estudos para debater as dúvidas e as conclusões para o coletivo. O jornal e o sítio da organização devem cumprir um papel central neste processo interno de divulgação e de apropriação dos conhecimentos teóricos. Além desses meios explicitados é importante destacarmos o

papel da Escola de Formação.

A consciência política que surge das contradições do sistema capitalista – baixos salários, baixa qualidade dos serviços públicos, precarização do trabalho, arbitrariedade dos governos e dos patrões – não é por si só uma consciência revolucionária. Ao contrário, esta consciência tende a estabelecer o horizonte de reformas na ordem do capital como os objetivos da prática política. Por esta razão uma das tarefas essenciais do trabalho de formação política é desenvolver uma consciência que supere o imediatismo da luta política; uma formação que possibilite que cada militante compreenda a essência do desenvolvimento do capital, e oriente sua prática cotidiana no combate das estruturas de dominação política, econômica e cultural – no Estado, nas escolas, nas fábricas, nos hospitais, nos sindicatos, nos movimentos sociais, etc. Portanto, este processo de desenvolvimento de uma consciência voltada para o combate às estruturas alienadas e alienantes do sistema do capital requer que se desenvolva um conhecimento das estruturas políticas, econômicas e ideológicas que sustentam a ordem

deste sistema. É neste momento que o trabalho de formação adquire um caráter prioritário no desenvolvimento de uma política organizativa voltada para a construção de uma consciência revolucionária.

Por isso, a importância de uma *política de formação* que passa também pela criação da Escola de Formação Luis Carlos Prestes, criada pela CCLCP em 2011. Tal Escola de Formação tem como finalidade o estabelecimento de uma consciência socialista voltada para a militância política dos camaradas organizados na CCLCP, no Movimento Avançando Sindical e na Juventude Comunista Avançando. Cabe também destacar que a concepção de escola de formação não é restrita a conteúdos teóricos. Fazem parte dos objetivos desta escola desenvolver uma formação prática para a militância no processo de mediação entre a luta cotidiana e a estratégia socialista. Assim, é fundamental incluirmos como atividades da escola a visita a estruturas fabris, participação em ações políticas de massa, entre outras, além da formação de quadros voltados para a atividade formativa (formação de formadores).

## Sobre os primeiros cursos



Abertura da EFLCP

A primeira atividade organizada pela Escola Nacional de Formação Luis Carlos Prestes foram os cursos: “O método em Marx” e “A Revolução Burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes, que reuniu um conjunto expressivo de militantes, teve a participação importante na Conferência de abertura de Anita Leocádia Prestes, que realizou uma exposição sobre a estrutura política do movimento comunista brasileiro dos anos cinquenta aos oitenta – desde a carta de março de 1958 até a carta aos comunistas. Sua presença em nossa escola foi muito importante, pois constitui uma demonstração objetiva da necessidade desta experiência para o ressurgimento com vigor do movimento comunista no Brasil.

Após sua exposição entramos no debate sobre os dois textos indicados para

debater o método em Marx (a “Introdução” de 1857/58 – publicados em 1939, em Moscou sob o título de *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* e o “Prefácio” de 1859), esse curso foi ministrado pelo camarada e professor Geraldo Barbosa. Este curso possibilitou, em distintas graduações e com limites, a compreensão das estruturas elementares da formação capitalista. De como a produção no âmbito da base econômica se constitui no momento predominante em relação à distribuição e ao consumo. Contudo, estas não são estruturas separadas da produção, ao contrário a estrutura econômica se constitui numa unidade de elementos heterogêneos (produção, distribuição e consumo). Possibilitou também a compreensão de que o indivíduo para Marx é algo radicalmente

distinto daquele “indivíduo” abstrato “dado pela natureza”, dos economistas clássicos e dos contratualistas. O indivíduo para Marx é essencialmente social, “só é possível individualizar-se em sociedade” e contraditoriamente é na sociedade capitalista que amadurecem as condições para tal desenvolvimento desta individualidade. A dialética esteve presente em todos os debates como fundamento da compreensão das interações contraditórias do desenvolvimento do ser social, e em especial do capital. Evidentemente outros aspectos trabalhados no curso são também relevantes. Indicamos estes apenas para exemplificar que houve um processo em que esta parte da formação teve como objetivo explorar a gênese do homem e do processo de devir homem do homem. De

como o capital é expressão do desenvolvimento humano (generidade humana) e ao mesmo tempo o seu maior obstáculo.

O último curso da semana de formação da nossa escola abordou a “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente no Brasil”, a partir das contribuições de Florestan Fernandes, foi ministrado pelo camarada e professor Fernando Ponte de Souza. Além de situar biograficamente Florestan Fernandes, o curso destacou a importante contribuição desse socialista na análise do desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro.

Apontamento para os próximos cursos da Escola de Formação Luis Carlos Prestes

A Escola de Formação Luis Carlos Prestes tem como desafio a continuidade dos cursos de formação. O estudo de *O Capital*, de Karl Marx, é uma tarefa que requer alguns anos de dedicação e continuidade, e exige disciplina, persistência, assiduidade e estudo individual dos militantes. Além dos cursos específicos, relacionados às demandas dos espaços de atuação política, que contemplarão desde conhecimentos da estrutura sindical brasileira à história do comunismo no Brasil.

Sabemos que não é a teoria por si mesma que transforma o mundo, mas sim as relações sociais com seus conflitos de classe, isto é, a luta política, condicionada pela história, e dinamizada pelas condições objetivas e subjetivas. Entretanto, como bem nos ensina Marx, “*As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens*” (Marx, K. A questão Judaica, 2000, p. 94). Portanto, não é o socialismo, enquanto teoria e ideologia revolucionária que transforma o mundo, mas são os proletários identificados com o socialismo que o fazem. Mas para que estes se identifiquem com o socialismo é necessário que haja a apropriação da teoria do socialismo pela vanguarda da classe, que sintonizada com a classe e com as massas, a eduque e seja educado por ela. Esta é uma tarefa fundamental de uma organização revolucionária. Eis o desafio da Escola de Formação Luis Carlos Prestes!



# I Seminário Nacional de Universidade Popular (SENUP)

**E**ntre os dias 02, 03 e 04 de setembro de 2011, na cidade de Porto Alegre, realizou-se o 1º Seminário Nacional de Universidade Popular. A iniciativa foi de organizações políticas da juventude como a Juventude Comunista Avançando (JCA), Juventude LibRe – Liberdade e Revolução, União da Juventude Comunista (UJC), Levante Popular da Juventude entre outras, bem como entidades do movimento estudantil como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Executiva Nacional dos Estudantes do Serviço Social (ENESSO), entre outras, além de organizações políticas como a Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Movimento Avançando Sindical (MAS), e movimentos como o Núcleo de Direito à Cidade, o Grupo de Trabalho Universidade Popular e o Movimento por uma Universidade Popular. O Seminário evidenciou a adequação do processo de sua construção através de várias reuniões preparatórias, que culminaram na sua realização, contando com mais de 450 participantes (entre professores, estudantes e técnicos administrativos) de 33 universidades brasileiras de 13 estados brasileiros. É necessário registrar que a previsão inicial para a participação neste seminário estava entre 300 a 350 participantes, portanto houve uma superação das expectativas quanto ao número de participantes, o que possibilitou uma troca de experiências de forma mais ampliada. Por outro lado, a grande contribuição do 1º Seminário foi o debate sobre a concepção de Universidade Popular e a constituição de um movimento nacional.

A emergência de uma Universidade Popular

Os fundamentos da proposta de uma Universidade Popular são constituídos a partir de uma crítica radical a atual universidade que se constitui como hegemônica na sociedade brasileira – uma universidade dinamizada pela lógica da reprodução do capital, não apenas do seu desenvolvimento científico e tecnológico, mas fundamentalmente no âmbito da formação de uma consciência social passiva e afirmativa da dominação do capital e das suas estruturas alienadas e alienantes de desenvolvimento intelectual e científico. Por outro lado, a crítica a atual estrutura universitária brasileira e ao processo de mercantilização do conhecimento exige uma práxis capaz de indicar um horizonte de desenvolvimento intelectual e científico contra-hegemônico. Neste sentido, é também necessário destacar que existem muitas experiências e atividades desenvolvidas no âmbito universitário que não estão subordinadas a lógica da reprodução do capital, e até se constituem em ações diametralmente opostas a sua lógica, na medida em que colocam como eixo do seu desenvolvimento a luta política e social dos “de baixo” criando espaços de problematização e de respostas voltadas para a emancipação social dos oprimidos.

Esta sintética explicitação do quadro



atual da universidade brasileira, longe de esgotar o debate e a crítica da universidade, tem como finalidade apenas evidenciar a possibilidade de um processo de construção da Universidade Popular. Processo que se fundamenta na experiência de diferentes movimentos e membros integrantes da comunidade universitária com a constituição de um movimento nacional capaz de disputar a hegemonia da atual universidade brasileira. Ou seja, estamos diante da possibilidade de estruturação de um processo que, além da crítica a atual universidade, construa “de baixo para cima” uma alternativa vinculada à luta pela emancipação social do povo brasileiro. Assim, é elementar estabelecermos o campo de referências estratégicas para a proposta de uma Universidade Popular.

Povo como bloco de forças sociais portadora do futuro

A burguesia tradicionalmente utiliza expressões genéricas como povo e nação para defender seus interesses particulares, assim busca manipular o sentimento nacional e os interesses populares. Nossa concepção de popular pode ser sintetizada nas palavras de Fidel Castro, na sua defesa quando do julgamento do assalto ao Quartel de Moncada, em 1953:

“Quando falamos do povo, não nos referimos aos setores acomodados e conservadores da nação, aos quais convém qualquer regime de opressão, qualquer ditadura, qualquer despotismo, postando-se diante do amo de turno até bater a cabeça ao chão. Quando falamos em luta, entendemos por povo a grande maioria oprimida; a qual todos prometem, enganam e traem; aquela

que age conforme os anseios ancestrais de justiça, por ter sofrido, geração após geração, a injustiça e a zombaria; aquele que anseia por grandes e sábias transformações em todos os planos e, para consegui-las, está disposta a dar até sua última gota de sangue, quando acredita em algo, em alguém, sobretudo quando acredita suficientemente em si mesmo. (...) Os revolucionários devem proclamar suas

salários passam das mãos do patrão ao agiota, cujo futuro é a redução do salário e a demissão do emprego, cuja vida é trabalho eterno e cujo descanso é o túmulo; os 100 mil pequenos agricultores, que vivem e morrem trabalhando em uma terra que não é sua (...); os 30 mil professores, tão abnegados, sacrificados e necessários para um destino melhor para as futuras gerações, e aos quais se paga e se trata

**“Quando falamos do povo, não nos referimos aos setores acomodados e conservadores da nação, aos quais convém qualquer regime de opressão, qualquer ditadura, qualquer despotismo (...) Quando falamos em luta, entendemos por povo a grande maioria oprimida”**

idéias com valentia, definir seus princípios e expressar suas intenções para que ninguém se engane, nem amigos nem inimigos. Nós chamamos de povo, se é da luta que se trata: aos 600 mil cubanos que estão sem trabalho, desejando ganhar honradamente seu pão (...); os 500 mil operários do campo que habitam em choças miseráveis, que trabalham quatro meses por ano e passam fome o resto do tempo (...); 400 mil operários industriais e braçais, cujos rendimentos estão todos desfalcados, cujas conquistas estão lhe sendo retiradas; cujas casas são infernais cortiços, cujos

tão mal; os 20 mil pequenos comerciantes sufocados pelas dívidas, arruinados pela crise e destruídos por uma praga de funcionários filibusteiros e venais; aos 10 mil jovens profissionais – médicos, engenheiros, advogados, veterinários, pedagogos, dentistas, farmacêuticos, jornalistas, pintores, escultores, etc. – que ao saírem das escolas com seus diplomas, desejosos de luta e cheios de esperança, se encontram num beco sem saída (...). Esse povo, cujos caminhos de angústia estão pavimentados de enganos e falsas promessas, não lhe diremos: “Vamos te dar”, mas: “Aqui tens; luta com todas as



suas forças para que sejam tuas a liberdade e a felicidade!” (Castro, Fidel – La Historia me Absolverá, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, La Habana, 1993, pp. 53-55. gn).

Este entendimento de povo, já explícita a exclusão da Burguesia que se constitui numa classe que concentra e centraliza a riqueza socialmente produzida no topo da pirâmide social, relegando à ampla maioria da população condições de vida muito distante das possibilidades materiais do desenvolvimento econômico e social, num horizonte de desenvolvimento em que as desigualdades sociais se agravam. Este entendimento de povo isola o bloco de poder dominante em nosso país: o imperialismo, os monopólios e o latifúndio. De um lado, os ricos se tornam mais ricos. Por outro, os pobres são mantidos na pobreza. Mesmo quando nos deparamos com períodos de crescimento econômico, a riqueza concentrada no topo da pirâmide social é infinitamente maior do que a destinada ao povo. No espaço universitário esta realidade se evidencia com a ampliação dos subsídios aos interesses das instituições privadas de ensino superior e tecnológico, bem como através da modernização conservadora propiciada pela verbas públicas para as instituições públicas, nas quais a lógica dos interesses do capital se impõe como algo natural, inquestionável.

Quando delimitamos que o entendimento de popular implica na exclusão da burguesia, não estamos restringindo o desenvolvimento da instituição universitária, ao contrário, é necessário reconhecer que a atual universidade hegemônica pela lógica da reprodução do capital se constitui num espaço da particularidade burguesa, num espaço em que a lógica da individualidade burguesa se impõe aos interesses sociais. Isso é completamente distinto da afirmação de que os indivíduos que freqüentam a universidade são componentes da classe burguesa, por assim dizer “personificações do capital”. Pelo contrário, a ampla maioria dos estudantes é trabalhador ou filho de trabalhador. No entanto, a particularidade burguesa busca através de diferentes modos de manipulação se apresentar como universal, como concretização dos “interesses sociais de todos”, afirmando e reafirmando a lógica da reprodução ampliada do capital e das suas estruturas de desenvolvimento desigual das classes sociais como estruturas “dadas” e “naturais”. A crítica à ordem social burguesa e dos seus reflexos na universidade necessita explicitar este caráter aparentemente inquestionável das estruturas sociais burguesas, indicando que o desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia necessita romper os limites restritos da particularidade burguesa articulando-se com os interesses populares da nação.

O caráter popular da proposta de universidade, que se insere num contexto de uma sociedade cindida em classes sociais não pode ser indiferente a tal condição estrutural da sociedade. Contudo, esta cisão social contém em si duas tendências opostas para o desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia. De um lado, a dominação burguesa que tem como perspectiva a continuidade da reprodução do capital, da sua ordem social e do *status quo*. Por outro, as classes trabalhadoras que são, ao mesmo tempo, responsáveis pela produção social e portadora das possibilidades de emancipação social. Esta emancipação social passa pela necessária superação da condição

de classe subordinada à reprodução do capital, ou seja, da constituição de uma consciência de classe em si, com interesses opostos ao da burguesia. Esta clareza de interesses opostos não pode ser o ponto de chegada do desenvolvimento das expectativas populares, ao contrário, trata-se de um processo necessário, mas insuficiente. Para avançarmos no caminho de uma efetiva emancipação social é essencial que a classe desenvolva um processo de automeiação em que a classe-em-si se constitua em classe-para-si. Isto é, que seja capaz de superar as estruturas sociais de produção que geram os antagonismos de classe, eliminando as classes sociais e as estruturas sociais

necessário indicar que tal processo de transformação social radical não será localizado neste ou naquele complexo (estrutura) específico da sociedade. Ou seja, a universidade como instituição-chave não se constitui no *locus* por excelência da revolução. A explicitação desta condição é elementar para podermos equacionar adequadamente o papel da comunidade universitária e dos movimentos sociais na constituição de uma universidade popular comprometida com o processo de emancipação social.

O fato da universidade se constituir num espaço de reflexão, de desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia, não elimina o papel predominante das classes

afirmar que a universidade popular não substitui a necessidade de outras estruturas de mediação social voltadas para a emancipação social, como as organizações das classes trabalhadoras e a organização política partidária. Assim, o movimento por uma universidade popular comprometido com a emancipação social das classes trabalhadoras não é restrito a este ou aquele partido específico, ao contrário, trata-se de um movimento que tem como princípio a constituição de um espaço em que os projetos das classes trabalhadoras possam ser debatidos e construídos a partir de alternativas concretas de práxis universitária emancipatórias.

O 1º Seminário Nacional sobre a Universidade Popular explicitou esta característica enquanto movimento. Assim, não deve possuir em seus princípios um *antipartidarismo*, que nega e exclui a importância das organizações e partidos políticos, mas sim o princípio de *apartidarismo*, no sentido de que a constituição do movimento não pode ser subordinada a este ou a aquele partido político, ou seja, que o movimento seja autônomo e possua sua própria dinâmica e estrutura. É necessário superarmos os vícios da ordem burguesa que busca moldar as estruturas de atuação social às particularidades deste ou daquele agrupamento político. Ao contrário, a constituição de um vigoroso movimento de universidade popular pressupõe a participação de todos os agrupamentos políticos e sociais que se identificam com a emancipação social, sendo necessário superarmos os vícios da ordem social em que as forças políticas de esquerda aparelham as organizações sociais das classes trabalhadoras como se estas constituíssem mecanismos próprios deste ou daquele partido.

Na plenária de encerramento do seminário além da aprovação da “Carta de Porto Alegre” se deliberou pela constituição de um Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular, que entendemos como o embrião de uma coordenação para a construção de um movimento nacional por uma universidade popular. O desafio deste grupo de trabalho é conseguir articular nacionalmente a comunidade universitária e os movimentos sociais para realizar um amplo debate e ações sobre a proposta de universidade que se adegue aos interesses emancipatórios das classes trabalhadoras. Este processo implica no reconhecimento de que o movimento por uma universidade popular articula dois espaços sociais distintos: um movimento de dentro para fora, ou seja, da comunidade universitária para os movimentos sociais; e outro de fora para dentro, dos movimentos sociais para a universidade, constituindo espaços de reflexão e práticas onde as necessidades imediatas e estratégicas dos movimentos sociais sejam equacionadas pela comunidade universitária.

Trata-se de um movimento em construção que tem como objetivo desenvolver um projeto e práticas contra-hegemônicas na universidade subordinada à lógica reprodutiva do capital. A construção deste movimento passa pela possibilidade de constituição de um amplo espaço de debate em que as críticas a universidade tecnocrática e a sua expansão conservadora estejam articuladas a construção de alternativas de desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia tendo como elemento essencial a luta das classes trabalhadoras e a emancipação social.



Participaram da mesa de abertura Paulo Rizzo (à esquerda), ex-presidente da ANDES-SN e professor da UFSC, e José Paulo Netto (à direita), professor da UFRJ



Eleazar Melo (à esquerda), militante da Juventude Comunista da Venezuela (JCV) e do Partido Comunista da Venezuela (PCV), participou da mesa “Experiências e Transição”

decorrentes desta. Portanto, o horizonte de desenvolvimento da universidade popular necessita ter como perspectiva a superação dos antagonismos de classe e a efetiva constituição de uma universalidade humana. Como bem afirma Marx, aí termina a pré-história da humanidade.

### Um movimento em construção

Os processos de mediação entre a atual subordinação da reprodução social às estruturas alienadas e alienantes do capital e a emancipação social não são frutos de um desenvolvimento espontâneo da sociedade, ao contrário, dependem da ação conscientemente orientada para a transformação social. Por outro lado, é

trabalhadoras na efetiva superação das estruturas de dominação sociais vigentes. Desta maneira, não seria adequado ao desenvolvimento da universidade popular estabelecer uma dinâmica de construção apenas interna, mas essencial para a sua perspectiva é a constituição de laços permanentes e sólidos com os mais diversos movimentos das classes trabalhadoras, realizando o processo de mediação entre a concretização de objetivos imediatos vinculados à especificidade universitária e os objetivos estratégicos da emancipação social.

Este papel de mediação da universidade popular com os movimentos sociais organizados das classes trabalhadoras não elimina a especificidade da prática universitária. Neste sentido, é essencial



# A ofensiva criminosa do capital e as alternativas das classes trabalhadoras

A crise estrutural do capital atinge um ponto em que a burguesia não pode mais esconder “para baixo do tapete” as características destrutivas inerentes ao metabolismo social do capital



**D**e um lado, o quadro de crise impõe aos países imperiais a busca de uma contratendência à queda tendencial da taxa de lucro, através de guerras e da intensificação da periculosidade do capital (não é coincidência que as mídias internacionais apresentem no mesmo bloco de notícias o assassinato de Muammar *Kadhafi* e o novo aparelho celular da *Apple*). Por outro lado, a inalienável associação entre o Estado e o capital tem evidenciado que a crise impõe a necessidade de reestruturar o Estado a fim de garantir a reprodução do capital. Neste sentido, as medidas políticas adotadas nos países imperialistas e nos países da periferia da Eurozona são evidências de que os direitos sociais, a democracia e os direitos humanos são adereços dispensáveis pelo capital.

Estamos diante de um processo em que a destruição do “welfare state” não representa nada mais do que a imposição de medidas do capital contra os trabalhadores, que tem as seguintes conseqüências: a) desemprego ampliado, criando uma pressão adicional sobre os salários, impondo a sua redução como meio de empobrecimento generalizado da população; b) redução dos benefícios da aposentadoria como medida necessária para ampliar as fontes de recursos para o financiamento do capital; c) ampliação da jornada de trabalho e redução dos salários, como medidas para ampliar a taxa de mais-valia absoluta; d) criminalização das organizações e movimentos das classes trabalhadoras, como forma de silenciar o protesto social; e) ampliação e intensificação das guerras de ocupação, como medida elementar para manter o complexo industrial militar como espinha dorsal do metabolismo social do capital. Em outras palavras, são medidas que tem como finalidade garantir a perpetuação das

mazelas do capital e a opressão das amplas massas populares e dos trabalhadores, eliminando os direitos sociais e tornando meramente retóricos os direitos humanos.

Estamos diante de uma ofensiva criminosa do capital em todas as suas dimensões, atingindo não apenas um punhado de dirigentes e nações imperialistas, mas a totalidade das nações do globo, levando inclusive o Secretário Geral da ONU a afiançar a lógica de ocupação imperialista promovida pela ação ilegal da OTAN em solo Líbia. Não podemos dar outra interpretação as manifestações de Ban ki-Moon (ONU) ao declarar no dia do assassinato de Muammar *Kadhafi* que “este dia marca uma transição histórica para a Líbia (...) As grandes esperanças mantidas durante os longos dias de revolução e conflito devem se traduzir em oportunidades e justiça para todos”. A intensificação dos conflitos está diretamente associada à busca de preservar o complexo industrial militar como coração pulsante do capital.

Neste sentido, é relevante indicar que no momento que estamos fechando este jornal para a sua impressão o primeiro ministro de Israel declara publicamente que está planejando um ataque à usina nuclear do Irã. Por outro lado, as forças da OTAN buscam estruturar um plano de ocupação da Síria nos moldes da Líbia. As tensões na península Coreana são constantemente alimentadas por meio de manobras militares entre a Coreia do Sul e os EUA. Outro provável alvo da estratégia de guerra das nações imperialistas é o Paquistão, que vem sendo sucessivamente bombardeado por aviões não tripulados dos EUA e tem sido acusado de colaboração com forças insurgentes no Afeganistão, além da colaboração com o grupo de Osama Bin Laden.

Ao lado desta estratégia de guerras – em que a pilhagem de nações e suas riquezas se apresentam como interesses imediatos associados ao fortalecimento do complexo industrial militar – temos a manipulação generalizada da opinião pública através dos meios de comunicação dominados pelo capital. A manipulação dos meios de comunicação tem como finalidade, além de enganar a população mundial sobre os acontecimentos, suas causas e conseqüências, justificar o genocídio cometido pelo capital como expressão “da liberdade e dos direitos humanos”. A conversão dos crimes do capital em uma cruzada pela humanidade explicita o caráter anti-social da comunicação de massa subordinada aos interesses do capital.

As classes trabalhadoras diante deste quadro conjuntural – em que a crise e as suas conseqüências tendem a se intensificar – devem resistir às políticas de retirada de direitos, articulando um plano de lutas imediatas com o horizonte de transformações estruturais da sociedade, tendo como referência a necessidade de construir estruturas de controle social do capital (e não mais uma sociabilidade subordinada a ele), ampliando os espaços de decisão e de participação das classes trabalhadoras e de suas organizações na tarefa imediata de conter a lógica de guerras imposta pelo complexo industrial militar e seus títeres nos governos imperialistas.

A luta pela paz se constitui numa trincheira relevante para as classes trabalhadoras como medida de combate direto ao complexo industrial militar. O efetivo controle e desmantelamento do complexo industrial militar só será possível com a sua derrota no plano político, no âmbito da luta pelo poder e na construção do socialismo. O socialismo como estratégia das classes trabalhadoras deve orientar as lutas cotidianas contra a retirada de direitos e a luta pela paz, pois apenas na transição socialista será possível estabelecer um controle socialmente organizado do capital e com isso constituir as bases para a um novo modo de produção, baseado no trabalho associado e na concretização da emancipação humana.





# Dilma: primeiros passos

Governo de continuidade evidencia consonância com os interesses do capital contra as classes trabalhadoras

**N**o início deste ano assumiu a presidência da República a candidata escolhida por Lula. Depois de ver seu Ministro chefe da casa Civil, José Dirceu e, logo em seguida, o seu Ministro da Fazenda, Palocci, envolvidos em escândalos e, portanto, impossibilitados de serem seus candidatos, Lula precisou construir um novo nome para quem conseguisse transferir sua popularidade e obviamente capaz de garantir a continuidade de seu governo. Dilma representa sim a continuidade. Mas não apenas a continuidade de Lula. Representa a manutenção de uma política de reprodução do capitalismo monopolista dependente, de sua ordem social autocrática com um Estado a serviço do bloco de poder formado pelo imperialismo, os monopólios e o latifúndio.

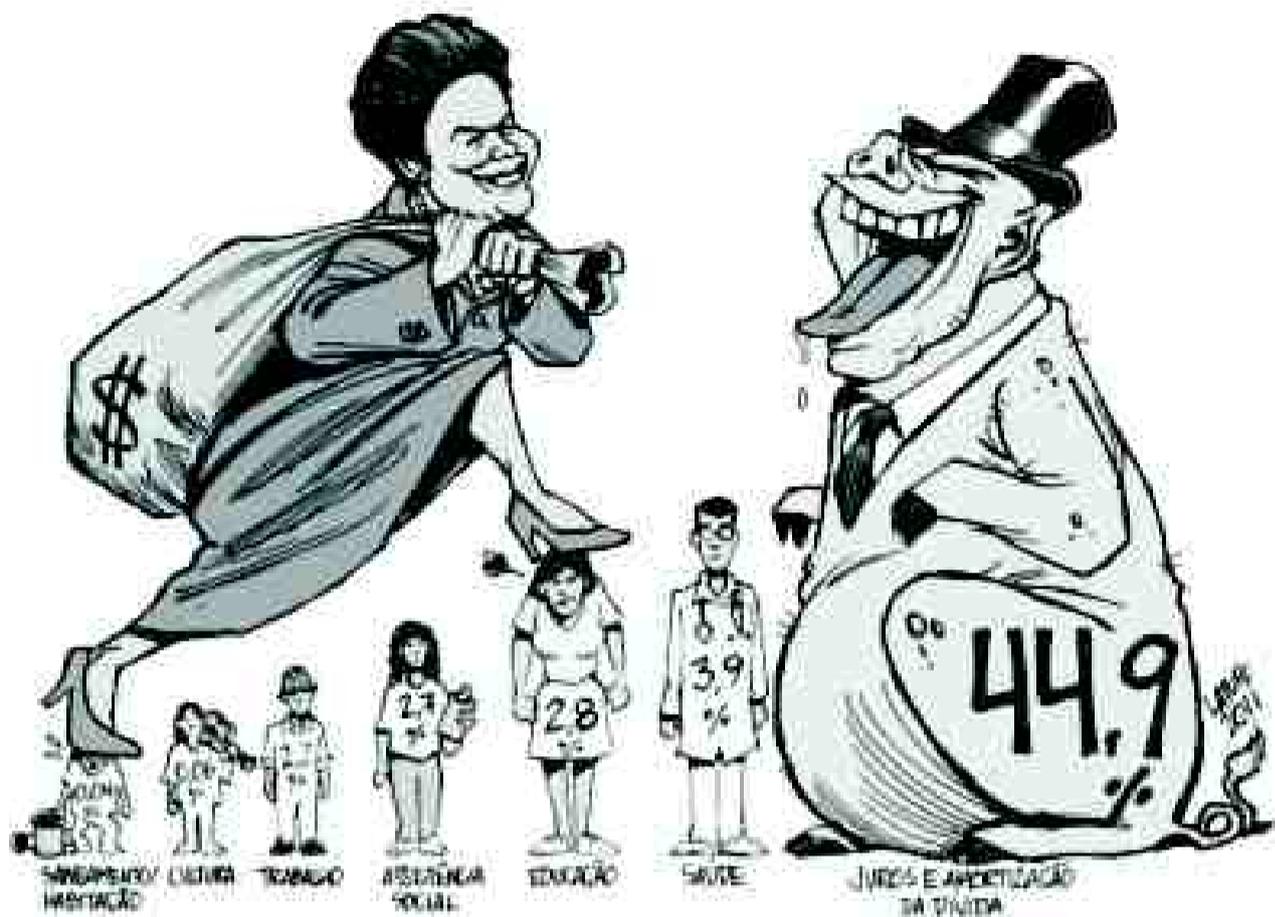
Conjunturalmente o governo Lula manteve a mesma política econômica do segundo governo de FHC: explosão da relação dívida interna/PIB (de 21,3% em 1994 para 37,5% em 2002, 47,6% em 2006, cerca de 55% hoje, o mais alto nível da história do Brasil) por causa da troca de dívida externa, de maior prazo e menos juro, por dívida interna, de prazo menor e taxas de juro mais elevada; câmbio flutuante; ajuste fiscal permanente e megas-superávits primários; juros astronômicos; queda dos salários reais nivelados por baixo; precarização do trabalho e retirada de direitos. O crescimento alcançado no governo Lula não avançou no sentido da superação da dependência do Brasil ao imperialismo e reforçou a cultura da desigualdade dominante.

A política social do governo Lula repercutiu em alguns movimentos populares como os sem-teto e sem-terra e também no movimento estudantil. Lula adotou uma série de políticas compensatórias, como a bolsa família, os programas de crédito bancário para a população pobre e o financiamento das mensalidades para estudantes universitários através do PROUNI. São medidas paliativas que não alteram a situação crítica do desemprego, da concentração da renda e da privatização da educação, mas que produziram o impacto político de angariar simpatia e apoio para o governo Lula, a ponto de fazer sua sucessora.

**“Engordará o bolo dos já fartos recursos do pagamento de juros e amortizações da dívida, pois o principal objetivo do corte de 50 bilhões no orçamento é cumprir o superávit primário”**

As primeiras medidas adotadas por Dilma foram de continuidade e evidenciaram a consonância de seu governo com os interesses do capital contra as classes trabalhadoras. No dia 1º de março, alguns dias após aprovar o risível salário mínimo de R\$ 545,00, o governo federal anunciou um corte no Orçamento de 50 bilhões de reais que atingiu principalmente as áreas de maior interesse para os trabalhadores e o povo em geral como, Transporte, Moradia (o projeto Minha Casa, Minha Vida perdeu 40% do total previsto para este ano – 5,1 bi.), Saúde e a Educação. O corte atingiu ainda programas sociais de combate ao trabalho infantil e à violência sexual contra crianças e adolescentes. A Educação foi a área social que sofreu o maior corte. Serão 3,2 bilhões de reais a menos para um setor que sofre ano após ano com o descaso dos sucessivos governos. O destino do dinheiro é o mais trágico. Engordará o bolo dos já fartos recursos do pagamento de juros e amortizações da dívida, pois o principal objetivo do corte de 50 bi. no orçamento é cumprir o superávit primário. Essa política de FHC continuada por Lula, e ao que tudo indica mantida por Dilma, desvia verbas fundamentais para a garantia de direitos dos trabalhadores para favorecer os interesses da burguesia.

Não bastasse isso, no início de agosto anunciou o



(Fonte: Site Câmara dos Deputados)

programa “Brasil Maior”. Na verdade, um “pacote de bondades” para socorrer a burguesia exportadora, atingida pelo dólar desvalorizado. Assim como Lula reduziu o IPI para socorrer a burguesia, Dilma zerou a contribuição previdenciária dos industriais de alguns setores. A estimativa é que o governo deixe de arrecadar 25 bilhões de reais! Esta medida configura-se num novo ataque a Previdência Social

E o PCdoB parece ter de fato assumido seu papel de porta voz do capital. O dep. Federal Aldo Rebelo apresentou um projeto de Código Florestal que representa os interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional e do agronegócio em geral. O projeto anistia todos os responsáveis por desmatamentos já realizados. Estabelece redução de Áreas de Proteção Permanente (APP), além da diminuição da exigência de preservação de matas ciliares. Este “novo” Código Florestal, assim como a liberalização dos transgênicos feita por Lula, assim como a permissão de retirar madeiras de dentro das florestas nacionais e a legalização da grilagem na Amazônia (MPs. 422 e 458), vem no sentido de desregular toda e qualquer barreira legal que tente impedir a ação predatória e de expropriação do agronegócio.

Estas medidas de favorecimento do agronegócio apontam para uma inserção subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias primas para os países centrais do capitalismo. Em 2010, as commodities foram responsáveis por 71% da exportação brasileiras. No entanto, esta especialização da produção e exportação de commodities está cada vez mais dominada pelos monopólios agravando a situação de desnacionalização da economia e colocando em risco a soberania nacional. Das commodities agrícolas às ambientais (crédito de carbono); das minerais às financeiras, todas estão nas mãos dos grandes monopólios internacionais. A legislação atual para o pré-sal entrega à Petrobras a responsabilidade de operar os campos do pré-sal, todavia, a empresa somente controla 30% da empreitada, ficando o restante para os oligopólios. O Brasil entra com os gastos enquanto os oligopólios ficam com os lucros. A produção e comercialização do etanol também já estão sendo disputadas pelo capital estrangeiro. Diversas usinas estão sendo compradas por empresas como a Shell.

As commodities brasileiras se constituíram num elemento importante de reprodução do capital e extrator de mais valia numa conjuntura marcada pela crise do capital. E onde o capital se reproduz agravam-se os conflitos. O que vivenciaremos nos próximos períodos será o agravamento dos conflitos do campo. A luta pela posse da terra tende a se intensificar assim como os trabalhadores da cidade já demonstram que não estão dispostos a ceder diante da intensificação da exploração.

(vítima de sucessivos governos) e, juntamente com o corte no orçamento, aprofunda a precarização dos serviços públicos.

O primeiro semestre do governo Dilma manteve a linha mestra da política econômica inaugurada por FHC e seguida fielmente por Lula. Juros altos, superávit primário, meta de inflação e também a venda do patrimônio público. Aos leilões de poços de petróleo e às Parcerias Público-Privadas somam-se os Aeroportos lucrativos do país. Depois do levante duramente reprimido dos controladores de voo, o setor já parecia estar com os dias contados. Todos se apressaram em sacramentar o esgotamento do sistema aeroviário brasileiro. No ano passado a então candidata já havia anunciado a intenção de privatizar a Infraero, estabelecendo o regime de PPPs. Pressionados que estão agora pelos grandes eventos esportivos, o governo encontra uma nova “motivação” para privatizar os aeroportos, alegando não haver dinheiro que garanta os investimentos necessários.

Ao mesmo tempo, faz aprovar no Congresso uma Medida Provisória, de autoria da Dep. Federal Jandira Fegahli do PCdoB, que “facilita” os processos licitatórios das obras da Copa 2014, atendendo aos interesses das grandes empreiteiras e do capital monopolista.



# Sem alarde e com silêncio sepulcral das Centrais Sindicais, Dilma impõe ajuste fiscal

A crise do capital está corroendo os direitos dos trabalhadores no mundo todo. Na Europa, pacotes de ajuste fiscal retiram dinheiro das áreas sociais para garantir o lucro dos investidores. Nos países mais atingidos, trabalhadores e estudantes tomam as ruas para impedir derrotas. No Brasil, a presidente Dilma, assim como seu antecessor, insiste na propaganda ufanista das grandes obras do PAC e dos megaeventos (Copa, Olimpíadas), afirmando que o país “está forte o suficiente para enfrentar a crise”. Por outro lado, neste país da “estabilidade e do crescimento”, vivenciamos neste primeiro semestre grandes greves, atingindo diversos setores e, com certeza, envolvendo o maior número de trabalhadores da última década, denunciando os efeitos da crise.

A “marolinha” de 2008/09, diferentemente do que Lula dizia, atingiu fortemente o Brasil. Foi necessário tirar dos cofres públicos mais 250 bilhões de reais para socorrer bancos, empreiteiras e montadoras, sem sequer obrigá-los a manter os postos de trabalho. Além disso, concedeu redução de impostos às indústrias deixando de arrecadar quase 3 bilhões de reais. O número de desempregados ultrapassou a cifra do milhão. O desempenho do PIB foi negativo. Mas o mais importante a destacar é que durante os 8 anos de governo Lula nenhuma conquista foi acrescentada ao roll de direitos dos trabalhadores. Ao contrário! Foi Lula quem aprovou a contra reforma da Previdência, com protagonismo da atual Ministra das Relações Institucionais do governo Dilma. Além disso, aprofundou o atrelamento do movimento sindical à estrutura de Estado ao reconhecer as Centrais. Obviamente não sem o apelo desesperado dessas, ávidas que estavam pelo imposto sindical. Em troca, o governo recebe o silêncio desmobilizador.

Dilma iniciou seu mandato estabelecendo um salário mínimo risível, abaixo da inflação, passando por cima do indecente acordo que as Centrais Sindicais mantinham com Lula. Depois, anunciou o corte no orçamento de 50 bilhões. Apresentou o “Brasil Maior”, ou melhor, “pacote de bondades” para os empresários, atacando a previdência. Ampliou a meta de superávit primário em 10 bilhões. O dinheiro destinado a pagamento de juros da dívida passará dos

“Foi necessário tirar dos cofres públicos mais 250 bilhões de reais para socorrer bancos, empreiteiras e montadoras, sem sequer obrigá-los a manter os postos de trabalho”

previstos 81,8 bi. Para 91 bi. No entanto a medida mais grave é a tentativa do governo de congelar o salário dos servidores públicos federais pelos próximos dez anos. A intenção é fixar o aumento anual à 2,5%, mais a inflação.

Dilma pretende atacar também a Previdência dos Servidores Públicos Federais. O Projeto de Lei 1992/2007 pretende instituir o sistema de Previdência Complementar para os servidores públicos federais (SPF), com a criação da Fundação da Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Caso aprovado, todos os funcionários que ingressarem no serviço público federal, após a vigência da nova lei, terão o valor de sua aposentadoria e pensão limitado ao teto válido para os trabalhadores da iniciativa privada, atualmente R\$ 3.691,74. Para ter uma aposentadoria acima

desse valor, o servidor terá que fazer uma contribuição complementar para o fundo de pensão da Funpresp. Desta forma, o Governo cria para os trabalhadores públicos uma espécie de previdência privada.

Mesmo diante de todos estes ataques, o que vemos é o silêncio absoluto da CUT (PT) e da CTB (PCdoB). Estas reivindicam um programa fictício chamado de “Projeto Brasil” no qual mesclam

“A CUT deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para ser um instrumento de colaboração e conciliação de classes. Seu aliado prioritário é o empresariado”

proposta dos trabalhadores com propostas da burguesia. Nenhum material da CTB faz menção aos cortes no orçamento. O mesmo se aplica aos materiais da CUT. Defendem o crescimento, mas esquecem que este não é neutro. Durante a Ditadura Militar tivemos crescimento econômico e a miséria explodiu. A “Pauta do Brasil Justo e Igualitário” não se efetivará sem romper com a exploração a que os trabalhadores estão submetidos e sem combater a retirada de direitos imposta pelo governo.

A CUT deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para ser um instrumento de colaboração e conciliação de classes. Seu aliado prioritário é o empresariado. Junto com eles reeditaram um pacto social chamado: “Brasil do diálogo, da produção e do emprego. *Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego*”. A CTB por sua vez surgiu unicamente para usufruir das benesses do sindicalismo de estado e dos fartos recursos do imposto sindical.

A falência política e ideológica da CUT e as iniciativas ainda pouco expressivas como CONLUTAS e INTERSINDICAL, coloca para os trabalhadores a necessidade de construir uma Central das Classes Trabalhadoras combativa, classista e autônoma, que se proponha à tarefa histórica de unificar todas as lutas que estão ocorrendo no país e com certeza continuarão a acontecer. Uma central que reúna trabalhadores do campo e da cidade, com ou sem carteira assinada, com ou sem emprego e que se articule contra o sindicalismo de cartório, oficialesco, subordinado aos ditames do estado autocrático burguês. Um central que faça o enfrentamento das questões imediatas e mais sentidas do conjunto dos trabalhadores mas que, acima de tudo, se oriente pela construção do socialismo.

# Greves marcam início do Governo



Greve dos trabalhadores da Volkswagen no Paraná



Educação em greve pelo piso nacional



Correios em greve



Greve dos bancários



Bombeiros do RJ fazem grandes mobilizações



Greves, paralisações e revoltas operárias atingiram o setor da construção civil e chegaram a algumas das principais obras do PAC ao longo do mês de março.

A luta dos trabalhadores de Jirau, Santo Antonio e Suape desnudaram a intensa exploração a que estão submetidos os empregados da construção civil<sup>1</sup>, garantindo os lucros das empreiteiras. As “greves do PAC” como ficaram conhecidas, levantaram mais de 80 mil trabalhadores para lutar por melhores condições de trabalho como alojamento, refeitório e transporte digno. Os trabalhadores da reforma do Maracanã já paralisaram as atividades diversas vezes reivindicando também melhores condições de trabalho, como por exemplo, banho quente.

“Os trabalhadores tornaram-se o elemento destoante desta conjuntura recolocando um debate fundamental: o crescimento econômico não é neutro”

Os metalúrgicos desencadearam uma onda de greve pelas PLRs, a exemplos das montadoras no Paraná. A Wolks paranaense enfrentou 34 dias de greve. Os trabalhadores da Bosh, também no PR, pararam. Tivemos greve dos ferroviários e metroviários de São Paulo e dos motoristas de ônibus do ABC. Greve na Saúde em São Paulo, Distrito Federal, Paraná.

Até o mês de julho, professores da rede estadual de dez Estados entraram em greve. Do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul os trabalhadores em educação paralisaram as atividades.

Na Paraíba os professores ficaram dois meses em greve. Em Santa Catarina 62 dias. No Amapá foram 35. Vinte quatro no Sergipe, dezenove no Piauí. No Rio de Janeiro foram mais de dois meses. As mais longas foram Maranhão com 77, Rio Grande do Norte com 80 dias e Minas Gerais que já ultrapassou cem dias. Destas greves 6 foram consideradas ilegais pela justiça. É preciso destacar também que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – nem cogitou a possibilidade construir um calendário capaz de unificar as greves, desprezando uma excelente oportunidade para impulsionar a luta pelos 10% do PIB para a Educação.

“O crescimento econômico propagandeado pelo governo Lula/Dilma não corresponde a melhorias significativas das condições de vida do povo brasileiro”

O corte de 3,2 bilhões no orçamento da Educação, a ameaça de congelamento de salários, o novo ataque a previdência dos Servidores Públicos Federais e a necessidade de se reestruturar seus planos de carreira unificou as greves nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação Tecnológica. O governo se manteve intransigente do início ao fim das negociações e, mesmo sem aprovar no congresso o PLP 549, impôs, na prática o congelamento dos salários.

Os trabalhadores dos Correios, depois de 29 dias em greve sem diálogo com o governo foram



Trabalhadores das obras do Maracanã para a Copa paralisados

obrigados a retornar ao trabalho por ordem da justiça. Os bancários, em greve durante vários dias, também enfrentaram a intransigência do governo e dos patrões.

Os trabalhadores tornaram-se o elemento destoante desta conjuntura recolocando um debate fundamental: o crescimento econômico não é neutro! Durante os últimos anos assistimos aos lucros cada vez maiores dos bancos à custa da exploração dos bancários e das inúmeras taxas arrancadas do povo em geral. Os metalúrgicos foram à greve para cobrar sua parcela nos lucros das montadoras. Com a “marolinha” de 2008, o governo federal distribuiu mais de 250 bilhões de reais aos bancos, montadoras e empreiteiras sem sequer obrigá-los a manter os postos de trabalho. O crescimento econômico propagandeado pelo governo Lula/Dilma não corresponde a melhorias significativas das condições de vida do povo brasileiro; não avança no sentido da superação da dependência do Brasil ao imperialismo e reforça a cultura da desigualdade dominante.

<sup>1</sup>A greve em Jirau envolveu 22 mil trabalhadores. Em Suape 34 mil operários cruzaram os braços. Em Santo Antonio outros 15 mil paralisaram as atividades.



## Nota Política:

### A necessidade do Bloco das Forças Sociais Populares e a Frente de Esquerda

**E**stão condenados à derrota aqueles que mantêm a anacrônica e perigosa ilusão de que se poderia fazer avançar a luta por transformações sociais através de uma política de desenvolvimento de um “capitalismo autônomo e democrático” em aliança com uma suposta “burguesia nacional”. A burguesia brasileira está associada em posição de dependência ao capital internacionalizado. O monopólio capitalista brasileiro já esta há muito tempo entrelaçado e associado ao capital externo; portanto, não há como separar isso. No Brasil, hoje, ao lutar contra o imperialismo, contra as diferentes formas de dominação do capital externo, estamos lutando contra o capitalismo. Ao empreender qualquer medida de caráter antiimperialista estamos tomando medidas também de caráter anticapitalista; estaremos desatando uma dinâmica social que cria condições para a transição ao socialismo.

A estratégia da revolução brasileira é socialista, mas para que as massas proletárias e populares de nosso país alcancem o nível de organização e consciência necessário para conquistar o poder e iniciar a construção do socialismo não basta uma mera propaganda abstrata do socialismo; é necessário guiar a experiência das massas e a formação da consciência de classe proletária socialista até as questões gerais partindo das particulares. Isto não significa, de modo algum, qualquer concessão aos oportunismos complementares do economicismo “trade-unionista” (sindicalista) e do “melhorismo politicista”, que separam de modo não dialético as reivindicações econômicas e políticas: a ênfase exclusiva nas reivindicações econômicas parciais combina-se com o cretinismo eleitoral-parlamentar, substituindo a revolução pelo evolucionismo reformista (hoje em versões mais rebaixadas do que a da social-democracia clássica, pois abandonam qualquer reformismo de conteúdo popular para simplesmente administrar o capitalismo com “pitadas compensatórias”: a “terceira via”, o “antineoliberalismo”, o “neodesenvolvimentismo”, o “neokeynesiano”, o “neonacionalismo” e outras modalidades de taticismo oportunista). Para os revolucionários comunistas trata-se de articular programaticamente uma “ponte” que conduza do conjunto das reivindicações que surgem nas atuais condições e da consciência atual das massas (sistematizadas em um programa mínimo) à conclusão da necessidade da conquista do poder e ao programa da revolução. As táticas devem estar subordinadas à estratégia: o percurso do particular ao geral é ensinado aos trabalhadores pela sua experiência de luta em confronto com a natureza do capitalismo atual, como uma consciência adquirida na luta de classe (que se constitui também, e de modo essencial, pela política do partido revolucionário) sobre o caráter das forças fundamentais em conflito na nossa formação social. Lênin sempre travou uma amarga luta com os mencheviques (e depois com correntes imediatistas e mecanicistas entre os próprios bolcheviques) sobre a pauta dos Congressos (dos pré-congressos e mesmo das principais reuniões do Comitê Central), onde tinha como costume propor como primeiro ponto de pauta questões como: as características essenciais do desenvolvimento do capitalismo de sua época (na Rússia e no sistema mundial), o desenvolvimento das contradições de classe na formação social russa e a clarificação do caráter do Estado, análise do caráter de classe da revolução e a luta pela hegemonia proletária, a análise das fases e dos momentos de transição da revolução, etc. Contra esta posição leniniana o líder menchevique Martov - com argumentos muito semelhantes aos usados inúmeras vezes por outros mencheviques, pelo bolchevique neopositivista Bogdanov, e também pelo jovem Trotsky como confessa de modo autocrítico o último Trotsky (Em Defesa do Marxismo [1942], Proposta, SP, p. 102) - objetava: “não somos um clube sociológico, mas um partido político; devemos chegar a um acordo não sobre a estrutura de classe da Rússia ou a natureza de classe da economia czarista, mas sobre as tarefas políticas concretas” (...). Lenin sempre explicava que a política do partido tem que partir de uma

análise teórica da realidade concreta (os universais concretos) que é o fundamento da estratégia geral pensada como processo e pressuposto do enfrentamento adequado (com uma racionalidade revolucionária proletária) das questões conjunturais e particulares. O “concreto” para Lenin (como para Marx: “o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações”) não era a mera situação imediata ou os dados empíricos mais visíveis (visão vulgar e não-dialética do concreto). A estratégia deve ser atualizada como elemento interno do desenvolvimento da organização e da consciência do proletariado. No entanto, a estratégia não vai do particular ao geral, ela vai do geral ao particular, para retornar ao geral; isto é, a estratégia deve partir dos elementos universais da teoria e da análise teórica da fase

**“Os inimigos principais do povo brasileiro são: o imperialismo, os monopólios e o latifúndio. São estas forças que formam o bloco de poder dominante que se organiza no Estado autocrático burguês”**

atual do capitalismo e da formação social (mesmo que esta seja apresentada programaticamente de modo breve, é sempre o pressuposto que impulsiona internamente para além da imediatéz) e ir ao particular (as contradições da conjuntura imediata, as reivindicações parciais e transitórias), para retornar ao geral agora posto pela exposição e pelas demonstrações (em interação ininterrupta com o processo revolucionário real) superando a relativa abstração inicial para tornar-se uma teoria da universalidade concreta que contém dentro de si mesma a riqueza do particular (a totalidade da luta de classes, a liquidação do bloco de poder dominante, a formação do poder

revolucionário, os passos concretos e os critérios da “expropriação dos expropriadores”, as condições para viabilizar a transição para o socialismo, etc.).

Devemos então partir de uma análise do bloco de poder dominante no Brasil. Os inimigos principais do povo brasileiro são: o imperialismo, os monopólios e o latifúndio. São estas forças que formam o bloco de poder dominante que se organiza no Estado autocrático burguês e são responsáveis pela manutenção do único tipo de capitalismo hoje possível no Brasil: uma ordem burguesa permanentemente autocrática, permanentemente dependente do imperialismo e subdesenvolvida; baseada na superexploração do proletariado e na expropriação, espoliação e opressão das massas populares (integradas ao mercado, mas excluídas de direitos e garantias democráticas efetivas – econômicas, políticas, sociais e culturais). Por isto, este foco nos inimigos principais é o eixo em torno do qual deve se articular a formação do bloco histórico das forças sociais e políticas revolucionárias.

Negar-se ao combate para liquidar a dominação deste bloco de poder descaracterizaria o movimento proletário e popular e suas organizações políticas (que vegetariam invertebradas, estereis, frouxas; se converteriam em agentes da conciliação de classes, oportunistas, conformistas, quem mesmo da luta conseqüente por reformas). Diluir esta centralidade desorientaria a investida estratégica de sua direção e objetivo, impediria a ligação das vitórias parciais com a acumulação de forças para a instauração de um poder revolucionário, confundiria a militância e dividiria o povo. Ao invés de isolar os inimigos principais permitiria a ampliação da área de manobra das classes dominantes para anular – através da repressão estatal, manipulação e cooptação - o “subversivismo esporádico e elementar” de movimentos proletários e populares (internamente desorganizados e carentes de uma estratégia clara e correta). Tal diluição da precisão do alvo estratégico levaria ao isolamento dos revolucionários, abandonando setores populares inteiros à mercê da direção manipulatória do grande capital e facilitando o “transformismo” e cooptação das lideranças.

O importante é ter claro que a formação do bloco das forças sociais proletárias e populares só pode se realizar na mediada em que o movimento revolucionário for capaz de formular programas práticos significativos. E no



“Operários” (1933), Tarsila do Amaral



Brasil estes programas devem basear-se na realidade da subordinação estrutural e antagonismo comum do proletariado e de todos os seus aliados potenciais aos grupos ligados ao bloco de poder formado pelos monopólios transnacionais e nativos e pelo latifúndio (todos estreitamente associados). É necessário desde já articular o esforço de elevação do nível de mobilização e organização das massas proletárias e populares: desde assembleias locais, greves, protestos, mobilizações até seminários, encontros e congressos que visem a reorganização orgânica do movimento sindical classista e sua articulação com as organizações populares. É necessário ligar a formação de um pólo de resistência às políticas do grande capital e de defesa dos interesses e direitos populares (ameaçados de ser penalizados com os custos da crise) com a elaboração de um programa de transformações que contemple os interesses da maioria explorada e oprimida e voltada para a formação de um poder político revolucionário. Para tanto, sem dúvida, é importante tentar avançar desde já na construção de uma aliança das forças de esquerda que proporcione uma direção para estas lutas. É necessário realizar todo esforço possível para avançar no debate e concretização da formação de uma frente de partidos e organizações políticas de esquerda (com ou sem registro legal); que poderá inclusive constituir-se como uma frente com registro eleitoral (a legislação atual permite isto), onde os vários partidos e organizações mantenham intactas suas autonomias e identidades políticas e orgânicas.

Prestes, ainda na época em que vivíamos sob a ditadura militar aberta e o CC do PCB o acusava de querer “rachar a frente democrática lhe contrapondo uma frente de esquerda”, escreveu: *“para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de esquerda – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas ‘de baixo para cima’; que elas se aglutinem, sem excluir também entendimentos entre seus dirigentes, com base numa plataforma de unidade de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores opositores, tornando-se a força motriz da frente democrática. Esta é a perspectiva revolucionária de encaminhamento da luta contra a ditadura, a que mais interessa à classe operária e a todos os trabalhadores. Será a constituição em nosso país, pela primeira vez, da unidade de diversas forças que lutam pelo socialismo. Colocam-se contra essa possibilidade os que preferem ficar a reboque da burguesia e que buscam, com isto,*

**“É necessário ligar a formação de um pólo de resistência às políticas do grande capital e de defesa dos interesses e direitos populares (ameaçados de ser penalizados com os custos da crise) com a elaboração de um programa de transformações que contemple os interesses da maioria explorada e oprimida e voltada para a formação de um poder político revolucionário”**

*mais uma vez, chegar em nosso país a uma democracia para as elites, da qual não participariam os trabalhadores.”* (Prestes, Luiz Carlos - Carta aos Comunistas, Alfa-Omega, SP, Março de 1980, 2ª ed.definitiva, p.30). Na visão de Prestes, para além da “unidade das forças que lutam pelo socialismo”, esta frente seria uma expressão política do bloco histórico das forças sociais antimperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. No entanto, a ênfase de Prestes na formação da frente está posta na centralidade da luta de baixo para cima: *“É partindo dessas lutas, da atividade cotidiana junto aos mais diferentes setores populares, principalmente junto à classe operária, que poderemos avançar no sentido do esclarecimento das massas para que cheguem à*

*compreensão da necessidade das transformações radicais de cunho antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário. É necessário mostrar aos trabalhadores que os grandes problemas que afetam a vida de nosso povo só poderão ser solucionados com a liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, e que isto só será conseguido com a formação de um bloco de forças antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias, capaz de assumir o poder e de dar início a essas transformações. Poder que, pelo seu próprio caráter, significará um passo decisivo rumo ao socialismo”* (Id. Ibid. pp. 34-35).

Atualmente, estamos discutindo com diversas organizações os pré-requisitos para formar uma FRENTE DE ESQUERDA PERMANENTE como INSTRUMENTO POLÍTICO PARA A FORMAÇÃO DE UM BLOCO DE FORÇAS POPULARES. Esta proposta não se reduz a uma frente eleitoral, mas tratar-se-ia de uma “frente institucional de massas, com existência legal e ampla inserção política”, que “abarque o conjunto das classes e camadas populares” em torno de um programa contrário ao bloco de poder dominante. Ela teria como programa mínimo as reformas sociais dentro da ordem e patamar máximo a ruptura revolucionária que abra a “transição para além da ordem rumo ao socialismo”. A proposta é que “a frente” não se confunda com um novo partido, nem mesmo com um partido de tendências, mas com um meio para agregar partidos e organizações políticas de esquerda com as organizações centradas em manifestações extraparlamentares da luta, oferecendo uma alternativa legalizada para os “de baixo” no campo eleitoral. Tal Frente seria composta por: partidos (legalizados ou não), correntes, agrupamentos, movimentos, setores religiosos de várias origens, militantes, personalidades políticas e segmentos avançados de massas, bastando que se identifiquem, completa ou parcialmente, com os anseios nacionais, democrático-radicais, populares e socialistas articulados em torno de um programa de exigências antimperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. No plano do conteúdo programático, não cabe exigir que a “frente” endosse ou formalize o programa máximo revolucionário, que tenha homogeneidade ideológica ou na fundamentação teórica da estratégia da revolução. Estes podem ser critérios e atributos indispensáveis, deveras, para partidos proletários revolucionários. A Frente é algo diferente, que tem outra função. Para compor a “frente”, basta a identificação com o programa

mínimo e os eixos centrais, democrático radicais e populares, da luta contra o bloco de poder. A “frente” seria um fórum político plural de mobilização, unificação e organização popular. Só com tal característica poderá vir a ser o principal pólo político unificador da esquerda e o meio abrangente de combate conseqüente à direita. Nesses termos, sempre preservando o consenso nas questões mais importantes, é positivo que desenvolva o papel mais avançado possível na luta de classes real, de modo a isolar os conservadores e enfrentar os poderosos com chances reais de vitória, em cada embate ou globalmente.

Colocamos à disposição, como referência para a

elaboração deste programa mínimo, o documento assinado pela CCLCP e pela RC de apoio à candidatura de Plínio Sampaio nas eleições presidenciais de 2010, publicado no *Voz Operária*, n. 17. A CCLCP tem, no entanto, consciência do caráter insuficiente deste programa. Será necessário um trabalho de aprofundamento de sua fundamentação, uma adaptação às funções de programa da “Frente”, uma nova introdução adequada a estas funções, etc.

**“O atual ciclo conjuntural da crise estrutural do capital ainda está em curso. Os EUA pintam papel de verde para amortizar as dívidas do capital financeiro e a Europa vive uma crise de desemprego nunca vista (...). A crise certamente irá repicar na África, Ásia e América Latina nos próximos dois anos”**

Os desdobramentos políticos de um movimento de massas que assuma tal programa mínimo teriam a potencialidade de gerar uma dinâmica capaz de passar da luta defensiva para uma ofensiva revolucionária. O atual ciclo conjuntural da crise estrutural do capital ainda está em curso. Os EUA pintam papel de verde para amortizar as dívidas do capital financeiro (gerando uma vertiginosa desvalorização do dólar) e a Europa vive uma crise de desemprego nunca vista, com os governos perdendo legitimidade ao atacar os direitos sociais tradicionalmente garantidos. A crise certamente irá repicar na África, Ásia e América Latina nos próximos dois anos. Uma possível saída capitalista temporária para este ciclo da crise implicaria em garantias estatais dos lucros dos monopólios (a redistribuição da renda nacional em benefício do capital financeiro) e um arrocho radical dos salários e direitos para estimular os investimentos do capital mediante o aumento da taxa de juros. A saída socialista passa por ligar as reivindicações transitórias do programa mínimo – que implicam em não aceitar nenhuma redução do poder aquisitivo dos já insatisfatórios salários, em lutar pelo direito ao pleno emprego através da diminuição progressiva das jornadas de trabalho e por “nenhum direito social a menos” (saúde, educação, previdência, etc.) – às reformas estruturais antiimperialistas e antimonopolistas, que elimine os latifúndios e retire dos postos de comando da economia as elites orgânicas das classes dominantes. No seu lugar deve ser criado um setor público que tenha um peso decisivo no crédito, na indústria e nos transportes; apoiando toda esta política no fortalecimento do controle proletário (uma situação transitória em que os capitalistas já não podem impor saídas para crise sem o consentimento dos trabalhadores, mas estes ainda não criaram as premissas políticas para a expropriação dos expropriadores, ainda não adquiriram a técnica da direção e os órgãos necessários para tanto). Não é possível prever a via concreta deste processo; mas as organizações políticas proletárias e populares devem estimular programaticamente o aparecimento de formas embrionárias de dualidade de poder nas empresas, na economia em seu conjunto e em todas as instituições-chave da sociedade, o que se prolongará em uma dualidade de poder político e permitirá a eliminação do Estado autocrático burguês e a formação do poder revolucionário que abrirá caminho para viabilizar o planejamento socialista democraticamente centralizado.

Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes  
Julho de 2011



# A corrupção é imanente à sociedade burguesa

**O**s meios de comunicação têm propalado casos e casos de corrupção, de forma que tem se tornado idéia comum em nossa sociedade a afirmação de que “o problema do Brasil é a corrupção dos políticos”. Evidente que este é um problema, e em nenhuma hipótese queremos justificar qualquer desvio de conduta dos chamados “homens públicos”. Os casos atuais envolvendo partidos e lideranças que outrora estiveram no campo de esquerda é ainda mais preocupante, por algumas razões: como a massa do povo ainda os considera de esquerda, isso solidifica a idéia de que “são todos iguais, basta terem a oportunidade”; indica o grau de comprometimento destas forças com os meandros do fazer política das velhas elites governantes; já nada os diferencia das velhas oligarquias.

Essa idéia de que o problema central é a corrupção tem servido, para além de tudo que a corrupção tem de

nefasto em si, para iludir inclusive a maior parte das pequenas forças remanescentes do campo de esquerda. Mais e mais lideranças são absorvidas pela idéia atraente e fácil de que basta acabar com a corrupção. Assim, os pontos programáticos fundamentais e o combate ideológico necessário ficam subsumidos à promessa de moralidade, de transparência. O debate sobre a natureza de classes da sociedade brasileira e a conseqüente defesa do socialismo desaparece num mar de abstrações subjetivas.

É preciso compreender que a corrupção faz parte da engrenagem de sustentação de sociedade de classes, sendo dela inseparável. Mais do que compreender, é preciso que se diga isso ao povo. Sem corrupção a sociedade burguesa não sobrevive um dia. Por mais que pareça exagerada a afirmação anterior, observando-se por dentro todos os meandros que fazem constituir o Estado atual, em todas as suas instituições, ficará nítido que esta organização social não resistiria a uma

efetiva “faxina ética”. A maior instituição do Estado atual, a chamada “democracia representativa”, é um emaranhado de falsas promessas, troca de favores, acertos de cúpula, truculência de caciques partidários, tempo de propaganda “gratuita” no rádio e na televisão, financiamento de campanha, caixa dois, arregimentação financiada de “cabos eleitorais”, propaganda enganosa, parcialidade dos meios de comunicação, compra de votos, boatos estapafúrdios. Tem sobrado cada vez menos legitimidade nesta forma de democracia. A expressão inscrita na constituição de que “todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido”, é uma retumbante mentira. E disso sabe perfeitamente o povo. Só não percebe as formas pelas quais esta imensa mentira se processa, e até faz parte dela em grande medida.

O partido ou candidato, em nosso país e na atual conjuntura, que tentar chagar a algum espaço de poder (ou de governo) com um programa bem escrito, com uma campanha honesta, sem financiamento dos grandes empresários e sem se atolar em roubalheiras do dinheiro público, está fadado ao fracasso. As exceções só garantem a regra, e a exceção não consegue convencer nem o povo de que o êxito eleitoral foi resultado da vontade desinteressada de um grande número de pessoas. Os detentores do poder do Estado e da sociedade buscam imprimir a idéia de que a honestidade é a regra e a desonestidade é a exceção. Mas o fato é que a honestidade é a exceção e a corrupção, a regra. Isso porque a

podem ser diversas: isenção fiscal; abatimento ou perdão de dívidas com bancos públicos de fomento; ausência de fiscalização de suas atividades, muitas vezes em confronto com a lei, com a preservação do meio ambiente e com os direitos trabalhistas; aprovação de projetos leis que os venham a beneficiar; arquivamento de projetos de leis que os venham a prejudicar; privilégios em licitações para a construção de obras públicas ou para a realização de serviços junto ao Estado.

Um deputado no Brasil deve custar menos de cem mil reais, e dizer isso dessa forma pode parecer ofensivo ou exagerado. Mas, imaginem se uma empresa que doa cem mil reais para a campanha de um deputado algum dia terá um voto contra do referido deputado em um projeto de seu interesse, ou se este deputado vai votar a favor de algum projeto que seja contra o interesse da empresa que lhe doou cem mil reais! E cem mil reais para um banco privado, para um monopólio da indústria, do comércio ou do agronegócio, para uma grande empreiteira é uma bagatela! Num simples contrato com um ministério, com um governo de estado e mesmo com uma prefeitura pode render milhões. Quanto pode render um perdão de dívida, um “programa” de incentivo fiscal, o não recolhimento de contribuição previdenciária?

Os monopólios sabem que a forma mais garantida de auferirem grandes “lucros” é terem boa relação com os gestores públicos, o que é também garantia para terem vantagem



Amauri Soares - Deputado Estadual/SC

**“Os detentores do poder do Estado e da sociedade buscam imprimir a idéia de que a honestidade é a regra e a desonestidade é a exceção. Mas o fato é que a honestidade é a exceção e a corrupção, a regra. Isso porque a corrupção é sistêmica no capitalismo, e seu Estado, nas mais diversas instituições, não consegue viver sem ela”**

corrupção é sistêmica no capitalismo, e seu Estado, nas mais diversas instituições, não consegue viver sem ela. A começar pelo financiamento de campanha.

Os grandes grupos econômicos distribuem imensas quantias de recursos financeiros aos partidos e candidatos, e o fazem segundo a probabilidade de êxito eleitoral de cada um, embora seja comum contribuírem com vários, com praticamente todos. E o fazem dessa forma porque sabem que é o meio mais garantido de terem vantagens posteriores. E as vantagens posteriores

nos momentos de conflitos trabalhistas com seus empregados. E os “homens públicos” não são seres saídos do espaço para administrarem o Estado segundo os pressupostos da soberania popular, isentos de interesses de classe. Pelo contrário, a maioria são sujeitos que já entram nos espaços de “representação” com um mandato decisivamente comprometido com a classe economicamente dominante. Não que a maioria seja objetiva e organicamente pertencente à classe dominante, e sim que a complexa engrenagem de controle da democracia representativa já o fez um ►



agente da classe economicamente dominante no seu processo de ingresso. São o que se chama de *office boy* de luxo da burguesia. Alguns são orgânicos da burguesia, mas a grande maioria constitui-se em um

É preciso elevar o nível de consciência e de organização do povo, em todos os lugares onde pudermos nos inserir, e reedificar as organizações populares a partir das bases da sociedade. Mesmo que

corrupção ideológica, o abandono de pontos programáticos centrais e a transigência com os princípios de classe do proletariado levam ao oportunismo político e à corrupção moral. Combater a corrupção sob o capitalismo, sem combater o capitalismo, é ter a ilusão de que os burgueses são seres moralmente superiores, e que querem um Estado racional para a felicidade de todos os seres da terra. Essa é uma idéia absurda, pois o Estado é corrupto porque é assim que a burguesia precisa dele. Na construção do socialismo também teremos problemas com a corrupção, seria idealista pensar que não. Mas, neste caso, as manifestações da corrupção serão exatamente o resquício da sociedade velha, serão os estertores do egoísmo da sociedade atual tentando subsistir e perseverar. O socialismo terá que aniquilar a corrupção até a sua inexistência, pois do contrário será engolido pela lógica hoje dominante. Mas é plenamente possível fazer isso, se todos forem obrigados a trabalhar e se a ninguém for permitido acumular qualquer riqueza ou favorecimento.

**“Os monopólios sabem que a forma mais garantida de auferirem grandes “lucros” é terem boa relação com os gestores públicos, o que é também garantia para terem vantagem nos momentos de conflitos trabalhistas com seus empregados. (...) a maioria são sujeitos que já entram nos espaços de “representação” com um mandato decisivamente comprometido com a classe economicamente dominante”**

lumpesinato de paletó e gravata. Custa barato para a grande burguesia dominar os aparatos de dominação do Estado atual.

E o povo, como entra nessa história? O povo entra com o voto, e só. Mais não leva nenhuma vantagem? Naquilo que mais interessa, leva muitas desvantagens. No momento eleitoral podem receber alguns dividendos, inclusive em espécie. Mas a maioria não recebe e nem pede nada em espécie. Pedir ou aceitar dinheiro pelo voto só ocorre onde o nível de desqualificação moral é quase impronunciável. Na maioria das vezes, o povo recebe esperanças vãs, crença (mesmo que subjetiva) de que aquele é o melhor caminho. A liberdade de voto, nos processos eleitorais de países como o Brasil é absolutamente relativa, pois está mediada pela falsa propaganda, pelo assédio dos “cabos eleitorais” financiados, pela troca de favor, mesmo que muito sutil. Da desgraça das amplas massas do povo surge a possibilidade de um “acordo” que pode render muitos votos. É bom para o modelo atual de democracia representativa que o acesso aos serviços públicos, que o acesso ao emprego dependam cada vez mais de um “empurrão” de algum político, seja vereador (potencial “cabo eleitoral” de algum deputado) ou mesmo do próprio deputado, ou do secretário de estado. Quem tiver a indicação de um governador ou de um ministro pode se considerar “salvo”. O povo “ganha” a ausência de direitos, e isso é também uma excelente forma de deixá-lo comprometido pelo resto da vida (as vezes de algumas gerações futuras também) em virtude do “grande apoio” que algum político deu na hora que precisava desesperadamente. O mesmo Estado que enriquece os monopólios explorando e restringindo os direitos elementares do povo é o Estado que se constitui montado sobre a própria desgraça do povo.

Então não existe alternativa? Existe! Mas ela não está na democracia representativa sob o Estado burguês. Está na organização dos explorados e oprimidos para enfrentar toda essa ordem de coisas, e para construir outra ordem, não mais burguesa, não mais capitalista. É preciso destruir os aparatos do Estado atual, em todas as suas instituições de dominação e de controle. Construir outra ordem depende da expropriação dos expropriadores, do combate de classes até o fim da sociedade de classes, da construção de novas instituições, que estejam a serviço da única alternativa viável para o futuro da humanidade, o socialismo, como processo transitório à sociedade sem classes. Por mais que se possa considerar essa uma tarefa difícil em pequeno prazo, ainda assim ela é preferível, pois é a única correta. Não importa a tática, desde que ela não confunda a estratégia, desde que ela não atrapalhe a travessia para o futuro necessário.

sejamos poucos hoje, é certo que no futuro seremos muitos, e tanto melhor será se esses muitos estiverem em condições de entender a sua grande tarefa, que não é fazer mais do mesmo, nem atrapalhar-se na administração das iniquidades do capitalismo. A

*Amauri Soares*  
Deputado Estadual - SC





## Juventude Comunista Avançando realiza seu VI Encontro Nacional

Entre os dias 28 e 31 de Julho de 2011, a JCA realizou seu Encontro completando 12 anos de sua existência!

*“Porque vocês são jovens comunistas, criadores da sociedade perfeita, seres humanos destinados a viver num mundo novo de onde terá desaparecido de vez todo o caduco, todo o velho, todo o que representar a sociedade cujas bases acabam de ser destruídas.”*

Che

**C**om o desafio de consolidar a nacionalização da JCA, o encontro começou a ser construído cerca de 5 meses antes, num processo coletivo de formulação e debate de teses. Para esse Encontro, sistematizamos a história de nossa Juventude que apresentamos em nosso Caderno de Resoluções e no sítio da JCA. O VI ENJCA foi sem dúvida uma expressão do salto de qualidade que nossa organização deu nos últimos anos.

A abertura do encontro contou com a presença de diversas juventudes amigas: União da Juventude Comunista (UJC), Juventude LibRe – Liberdade e Revolução, Juventude da Consulta Popular e a Juventude do MST. Também esteve presente na mesa de abertura uma representante da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes. A mesa de abertura, que tratou do “papel das juventudes comunistas”, foi seguida de uma mesa sobre “A história dos comunistas no Brasil”, com a honrosa presença de Anita Leocádia Prestes.

Durante os três dias do encontro que seguiram foram feitos debates sobre: “A crise estrutural do capital e a resistência popular pelo mundo”, “Conjuntura Nacional”, “O Marxismo-Leninismo e a práxis revolucionária”, “A luta pela Universidade Popular” e “Movimentos de massa juvenil e estudantil (secundarista, universitário e jovens trabalhadores)”. No último dia, foi feita a Plenária Final que fez uma avaliação da JCA nos últimos dois anos, aprovou as resoluções internas e elegeu a nova Direção Nacional.

Este encontro foi realizado num momento crucial da história: um momento em que a crise estrutural do capital se aprofunda sem perspectivas de recuperação, e as manifestações populares voltam à cena da história mundial. Na conjuntura nacional, é o primeiro encontro da JCA após a eleição da presidenta Dilma Rousseff, e de cara podemos confirmar nossa análise feita no período Lula, de governos que são a expressão do bloco de poder dominante formado pelos latifúndios, monopólios e pelo imperialismo. O VI ENJCA também ocorre num momento de notável avanço da luta pela Universidade Popular em nosso país, com a construção do 1º Seminário Nacional de Universidade Popular.

Merece destaque neste encontro o desafio a



que nos propomos: apesar de a frente estudantil universitária ser atualmente o principal espaço de atuação, aprovamos várias medidas concretas – anteriormente ficamos muito tempo no âmbito do reconhecimento da necessidade, mas com poucas experiências e esforços duradouros – no compromisso com a organização da juventude do movimento estudantil secundarista e dos jovens

trabalhadores (do campo e da cidade), setores que são estratégicos, já que a grande maioria dos jovens brasileiros sequer ingressam na universidade. A medida mais significativa foi a criação de uma Secretaria de Jovens Trabalhadores na Direção Nacional, que será responsável pelo acompanhamento dos militantes em seus espaços de trabalho, formulando política especialmente para onde não haja uma possibilidade imediata de trabalho sindical.

Enfim, nossa Juventude tem demonstrado grande capacidade de elaboração e uma abnegação às lutas populares que

é admirável. É nesse espírito que reafirmamos nosso compromisso com a Revolução Socialista, educando novos jovens nos princípios do marxismo-leninismo, através do estudo e da luta cotidiana, fazendo da JCA uma verdadeira “escola de comunistas”, principal objetivo da CCLCP quando a criou. Estamos certos de que estamos contribuindo para a construção do Partido Revolucionário no Brasil, aquele que através das

**“Este encontro foi realizado num momento crucial da história: um momento em que a crise estrutural do capital se aprofunda sem perspectivas de recuperação, e as manifestações populares voltam à cena da história mundial”**



lutas de massa será a expressão da vontade organizada de nosso povo na edificação de uma nova sociedade.

Sáimos do ENJCA com a certeza de que as fileiras dos jovens comunistas aumentarão na mesma medida em que aumentam as contradições dessa sociedade e a necessidade da luta da classe trabalhadora! A construção coletiva de um horizonte para a juventude é parte constitutiva do desafio de construção de uma nova sociedade!

*Juventude Comunista Avançando*



# JCA na Assembléia Geral da FMJD



*A Juventude Comunista Avançando participará entre os dias 9 e 12 de Novembro de 2011 da Assembléia Geral da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) em Lisboa, Portugal. Desde 2006, a JCA é uma Juventude amiga da Federação e aspira ser aceita como organização membro a partir desta Assembléia Geral. Este tem sido, nos últimos anos, o espaço de articulação política internacional prioritário da Juventude. Através dele, a JCA pretende solidificar laços de solidariedade internacional efetiva, exercitando o princípio do internacionalismo proletário. Como posicionamento, levará a necessidade da luta anti-imperialista internacional, e buscará estreitar ainda mais os laços com as juventudes marxista-leninistas da América Latina.*



Fotos da participação da JCA no último Festival Mundial das Juventudes e dos Estudantes. Africado Sul, Dezembro de 2010



# CRÍTICA DO USO E ABUSO DAS NOÇÕES DE “GLOBALIZAÇÃO” E “NEOLIBERALISMO”

## Apontamentos

**É** necessário submeter à reflexão teórica o problema do uso acríptico e do abuso ideológico conservador de noções ambíguas de uso estratégico no discurso político hodierno. Trata-se de palavras carregadas de ideologia, que naturalizam relações de dominação, como se fossem parte do ar que respiramos:

1. “Globalization” com a conotação de “movimento que teria superado o imperialismo”, como uma nova espécie de “ultra-imperialismo” kautskyano: tese de que a fusão internacional de capitais levava à superação do imperialismo e das guerras imperialistas. Esta tese foi publicada em julho de 1914, em agosto explodiu a primeira guerra mundial. Na verdade, ao contrário do que pensava Kautsky, o imperialismo não é uma mera “linha política”, mas um estágio particular do desenvolvimento do capitalismo que permanece real e atual; cada vez mais opressor e explorador; e, com a chantagem nuclear, potencialmente fatal no seu militarismo belicista. Segundo os seus ideólogos e apologistas, a “globalization” abriria uma era “radicalmente nova e universalmente benéfica” do desenvolvimento capitalista, que supostamente teria resolvido suas contradições “harmonizando a relação entre expansão transnacional do capital e Estado nacional” (que, na realidade, se desdobra como um complexo mediado por contradições cada vez mais agudas e explosivas). A visão abstrata e evolucionista do progresso social se combina com uma idealização (tipo Schumpeter) das virtudes do desenvolvimento capitalista como “destruição produtiva” e a crença que “a globalização está construindo as bases para uma sociedade de abundância”. O materialismo histórico contém uma concepção (dialética) do progresso do ser social na luta coletiva por sua liberdade e humanidade; descobre três tendências fundamentais do processo sócio-histórico: 1) a redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da vida social; 2) sociabilização sempre crescente da vida social e recuo das “barreiras naturais”; 3) unificação progressiva dos diversos tipos de sociedade em uma humanidade integrada (criando as condições do surgimento do “gênero humano em si-para si”, na futura “sociedade humana” comunista). Com a consolidação do “mercado mundial”, desde que surgiu a grande indústria mecanizada sob o modo de produção especificamente capitalista (a partir da segunda metade do século XVIII), sem dúvida estas tendências se aceleraram embora de modo contraditório e cada vez mais alienado. Crítico do romantismo, Marx nunca fez concessões à apologia do desenvolvimento capitalista contida no “progressismo” liberal e utilitarista: “No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se

um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações de produção vigentes, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas *forças de destruição* [...] Sob a propriedade privada, estas forças produtivas recebem um desenvolvimento apenas unilateral, tornam-se forças destrutivas para a maioria [...] Chegou-se, portanto, a um ponto tal que os indivíduos têm de apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas, não só para alcançarem a sua auto-ocupação, mas principalmente para *assegurarem a sua existência*.” (Marx, K. und Engels, F. – Die deutsche Ideologie, In: Werke von Marx und Engels [MEW], Dietz Verlag, Berlin, 1990, 9ª. Auflage [1ª Aufl. 1956], Band. 3, SS. 37-38, 63, 79; *A Ideologia Alemã*, In: *Obras Escolhidas*, Avante!/Progresso, Lisboa/Moscú, t. 1, 1982, pp. 30, 54 e 69). Hoje este desenvolvimento unilateral torna-se muito mais ameaçador, alcançando uma dimensão gigantesca e mundial que ele não podia ter na época de Marx e Engels. A produção capitalista tornou-se uma produção destrutiva: agudizando as contradições entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação; gerando uma terrível crise ecológica, desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho, miséria e fome (que já atingem mais da metade da humanidade) em contraste desumano com o esbanjamento das classes dominantes e o terrível desperdício inerente à produção subordinada ao capital. Engendra-se, assim, uma nova fase de ofensiva irracional e potencialmente fatal do imperialismo estadunidense, neste momento histórico a única superpotência (mas certamente não para sempre sem um antagonista igualmente poderoso). Vivemos uma realidade onde a subordinação do progresso no desenvolvimento das forças produtivas ao domínio do capital (além de não aproveitar racionalmente as potencialidades já criadas do conhecimento científico) vincula-se contraditoriamente à regressão social, política e cultural, atada à exploração e dominação de classe cada vez mais feroz, à degradação dos trabalhadores e das massas populares e à perigos cada vez mais dramáticos que põem em risco a própria sobrevivência da humanidade. Se a palavra globalização for usada em sentido lato, como uma mera denominação cômoda para integração econômica mundial, então ela não denota nenhuma novidade; determinada historicamente com maior precisão ela poderia ser considerada, pelo contrário, como constitutiva do capitalismo desde os seus primórdios. Ao expor a história do capital comercial em *O Capital*, Marx mostra que as conquistas marítimas ao ampliar o comércio mundial foram importantes para apressar o declínio do feudalismo e transformar as relações entre o comércio e a indústria, favorecendo a formação de um modo de

produção que precisa operar no âmbito internacional: “a base do modo de produção capitalista é constituída pelo próprio mercado mundial” (Marx, K. – Das Kapital III, MEW Bd. 25, S. 345, trad. de R. Barbosa e F. Kothe, O Capital III/1 Abril Cultural, SP, 1983, p. 250). No *Manifesto Comunista* de 1848, Marx e Engels já falavam que “a burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário” [...] impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre [...] em seu domínio de classe [então] de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto” (Marx & Engels - Manifest der Kommunistischen Partei, In: MEW, Bd. 4, S. 464-467; Boitempo, SP, 1998, p. 42-44). Obviamente a noção de “*globalization*” é utilizada de modo apologético para *denotar fenômenos que seriam totalmente novos*: um salto qualitativo (ou um “novo paradigma”, para aqueles que não gostam da dialética) extraordinariamente abrangente, radicalmente original, irreversível e incontrolável que inviabilizaria qualquer iniciativa de defesa de interesses nacionais e populares como “indesejável”, “irracional”, “ineficaz”, uma vez que condenado pelo “mercado internacional” visto como todo poderoso (ou numa leitura “de esquerda”, algo que tornaria “anacrônicas” as estratégias de revolução antiimperialistas e anti-monopolistas baseadas na destruição de Estados nacionais burgueses e na criação de um poder político revolucionário que impulse a transição para o socialismo).

2. “Financeirisation”: compreendida como domínio da “mera especulação”, ocultando três determinações (genética e estruturalmente essenciais) da constituição e domínio do capital financeiro: a cada vez maior concentração e centralização da produção industrial, o capitalismo monopolista que resulta da mesma e a fusão real entre capital bancário e capital industrial. Os teóricos da “*financeirisation*” desligam os “lucros da especulação” do fato de que lucros, juros e rendas capitalistas são sempre derivados da produção de mais-valia e também abstraem a subordinação do “capital fictício” às determinações da lei do valor.

3. “Neoliberalismo”: entendido como “nova fase do capitalismo” e mesmo uma “nova ordem que substituí a velha elite ligada ao capitalismo monopolista de Estado por um novo bloco de poder mais moderno” baseado no “livre comércio e no Estado mínimo”. Na verdade, ao contrário da hipocritamente propalada “retirada do Estado dos assuntos econômicos” temos uma intensificação da “ajuda estatal” à acumulação de capital, cada vez maior e mais indispensável para assegurar o funcionamento e a própria sobrevivência do capital. No âmbito do complexo



de relações contraditórias entre produção e consumo (esfera privilegiada das políticas keynesianas) o Estado capitalista assume em escala sempre maior a importante função de comprador direto: seja com gastos no atendimento de necessidades reais do todo social (com a infra-estrutura produtiva e de serviços e com o apoio à reprodução da força de trabalho, os últimos chamados gastos sociais de “legitimação”); seja na satisfação de apetites artificiais do capital, gastos improdutivos (com o financiamento da centralização de capital, subsídios aos monopólios privados, ou operações de “salvação” de bancos falidos; e custeio da imensa máquina burocrática de administração) e gastos com o financiamento do complexo militar industrial (imensamente caro, inerentemente destrutivo e estéril para a acumulação ampliada; mas funcional para a centralização de capital e indispensável para o fortalecimento do poder imperialista). Nos anos 1950 e 1960 crescem demandas diferenciadas vinculadas às funções de “acumulação” e de “legitimação” do Estado capitalista. Para “manter a harmonia social” e garantir a “lealdade das massas”, conservando sua própria “legitimidade” o capital deve atender várias necessidades dos trabalhadores, que inclusive se tornaram importantes “contribuintes”. O Estado capitalista cria um “*complexo social-industrial*” para, em interação com os monopólios, sustentar um “investimento social” (o qual aumenta a qualificação e a produtividade da força de trabalho) e um “consumo social” (que diminui os custos privados com a reprodução do trabalho). Nada disto fere os interesses dos monopólios, muito pelo contrário. No entanto, as prioridades do grande capital são outras, mais diretamente orientadas para assegurar uma acumulação privada rentável. Diante da crise estrutural do capital – diagnosticada erradamente, porque de modo restritivo, como “crise fiscal do Estado” – as funções de legitimação são cada vez mais preteridas: as elites burguesas praticam um ignomioso desmonte do “*Welfare State*” fortalecendo o *Warfare State*. Torna-se, no entanto, cada vez mais difícil não só justificar, mas, sobretudo, sustentar o complexo militar-industrial e a economia de guerra. Os déficits fiscais montantes e o crescimento das dívidas (a dívida pública dos EUA supera 7,4 trilhões de dólares, 67% do seu fabuloso PIB) reduzem extremamente a capacidade de intervenção anticíclica do Estado. O Estado capitalista torna-se cada vez mais incapaz de atender não apenas as necessidades sociais dos trabalhadores, mas também as necessidades de acumulação de capital; o que é mais um elemento que torna esta acumulação cada vez mais difícil e problemática. Os Estados das nações imperialistas intervêm mais do que nunca na economia, apoiando a centralização de capital em favor de suas transnacionais e praticam o mais feroz protecionismo na concorrência entre si, ao mesmo tempo em que buscam impor políticas “privatizantes” – de conteúdo antinacional, antidemocrático e antiproletário – aos Estados das formações sociais dependentes. Para a maior parte dos seus críticos, tal situação deveria ser combatida por uma “frente antineoliberal” com o objetivo de viabilizar uma “nova fase de desenvolvimento capitalista progressista”. Tornou-se também muito difundida entre intelectuais de esquerda (muitos deles respeitáveis) a visão de que a elaboração de uma “alternativa teórica ao neoliberalismo” se coloca como tarefa prioritária, devendo “preceder a da organização da luta frontal contra o imperialismo e

pelo socialismo”.

Nossa crítica a estas concepções deve atualizar a análise do capitalismo contemporâneo a partir do arsenal crítico-conceitual elaborado por Lênin e criticar o reformismo “neo-etapista” (ou melhor, o “keynesianismo” requeitado que fica aquém do reformismo tradicional), mostrando a atualidade de uma estratégia socialista, integrando como seu momento interno o enfrentamento das tarefas democrático-populares e antiimperialistas, que já não podem ser resolvidas pelo movimento burguês. Do mesmo modo, só orientado por uma ótica socialista o movimento proletário e popular pode tornar conseqüentes e cumulativas as lutas de resistência e as conquistas parciais no enfrentamento dos efeitos corrosivos da prolongada ofensiva da direita radical (retirada de direitos e intensificação da exploração dos trabalhadores; intensificação da opressão e expropriação dos oprimidos; contenção e represamento das pressões do movimento proletário e popular; desnacionalização privatizante das economias dos países dependentes e agressivo cerco contra-revolucionário a todos os países que tentam construir o socialismo ou deflagram processos anti-imperialistas e democrático-radical, etc.).

Na verdade a impressionante expansão internacional das ideologias (mitos, dogmas e pseudo-teorias) embutidas no emprego abusivo das noções de “Globalization & Neoliberalism” não são de forma alguma manifestação de uma “revitalização irresistível do capitalismo”. Pelo contrário, foi provocada pelo aparecimento da crise estrutural do sistema capitalista, devido às margens cada vez mais perigosamente reduzidas de expansão sustentável do capital. Em resposta a esta crise estrutural qualitativamente nova, as elites burguesas representativas do capital monopolista colocaram em prática políticas cada vez mais exploradoras, espoliadoras, repressivas e agressivas; ditadas pela virada autocrática do capital, com suas cínicas justificações ideológicas. É necessário criticar as formulações correntes sobre o “neoliberalismo” e a “globalização”, não por causa do seu nome, mas por causa da substância incorreta do conteúdo que estas palavras conotam, pois o importante não é nomear, mas sim explicar o desenvolvimento histórico que tem ocorrido no nosso tempo. O liberalismo não sobreviveu ao capitalismo de livre concorrência e nenhum tipo de “Estado liberal” poderia se ajustar ao capitalismo monopolista e às transformações do sistema de poder dele resultantes. A insistência no uso acrítico do termo “globalização” (criado pelas grandes escolas americanas de administração de empresas, elaborado pela “teoria sistêmica” e difundido por organismos internacionais, como o FMI e Banco Mundial) implica acobertar a exacerbação do fenômeno imperialista no processo de agudização das contradições e polarizações ocorridas a partir da crise estrutural do capital, com o aprofundamento da dominação do planeta pelas corporações capitalistas transnacionais, tendo como retaguarda o sistema de poder das nações capitalistas hegemônicas e o “Estado Imperial” norte-americano. Sob o aspecto ideológico, a referida virada autocrática apoiou-se em livros de grande repercussão e capacidade de comunicação, aguda percepção dos problemas candentes da conjuntura e explícita adesão aos valores imperialistas (principalmente os predominantes nos EUA), mas fraquíssimo rigor teórico (como p. ex. *A Terceira Onda* e *O Choque de Civilizações*). Particularmente

importante como guia estratégico da ofensiva da direita radical em escala planetária é *The Crises of the Democracy*, publicado em 1976, sob direção do falcão da direita dos EUA Samuel Huntington, por encomenda da “Comissão Trilateral” (que reúne a elite orgânica do capital monopolista estadunidense, europeu e japonês). A tese do relatório da Comissão Trilateral é que o problema central das sociedades contemporâneas é um “excesso de demandas” dos trabalhadores e dos “novos grupos sociais” (jovens, “minorias étnicas”), que cria uma “sobrecarga do Sistema”, provocando “a crise” que tenderia a levar ao “colapso das democracias”. Deste diagnóstico decorre uma terapia centrada na “contenção das demandas”, eufemismo para o aumento da manipulação e da repressão. A ofensiva contra-revolucionária do grande capital em escala planetária se baseia muito mais nas estratégias e táticas propostas pelas elites orgânicas da trilateral e do “Consenso de Washington” do que nas obras saídas da “Sociedade de Mont-Pelérin” com sua expressão máxima no livro de Friedrich Von Hayek *O Caminho da Servidão*, que autores como Perry Anderson consideram como “uma doutrina completa e coerente” que teria fundamentado uma “mudança estrutural-histórica da própria natureza do capitalismo” (Anderson, P. – “Balanço do Neoliberalismo”, In: Sader, Emir & Gentili, P. – Pós-Neoliberalismo, Paz e Terra, RJ, 1995, p. 147-48). O livro de Hayek foi publicado em 1944, no início de um longo ciclo expansivo do capitalismo (saudados apologeticamente como “golden age”), enquanto o relatório da Comissão Trilateral *responde organicamente à crise estrutural do domínio do capital*, orientando um conjunto de políticas que buscam realizar uma articulação dos interesses extremamente contraditórios e das múltiplas táticas das forças ligadas ao capital monopolista. Trata-se de um *recorso* diante da crise estrutural, que evidentemente não se limita apenas à esfera econômica. A deterioração das condições socioeconômicas (com o desemprego maciço e destruição da base industrial, inclusive nos países imperialistas) gerou uma profunda crise na “sociedade civil”; pretexto para novas “garantias políticas” em defesa da ordem. Esta “racionalização” conservadora da decadência do capitalismo busca dar coesão ideológica ao bloco de poder do capital monopolista, em defesa de um aprofundamento da autocratização estrutural do Estado burguês contemporâneo. Incapaz de continuar praticando a “política de consenso” social-democrata, a grande burguesia põe em prática políticas pseudo-liberais, neo-conservadoras e proto-fascistas: desencadeia o desmonte do “*Welfare State*” e uma pressão muito mais radical não só contra os movimentos revolucionários socialistas e anti-imperialistas, mas contra quaisquer pretensões substanciais dos movimentos democráticos e nacionalistas dos países dependentes. Esta ofensiva do capital financeiro sofre hoje significativo desgaste, mas pode se reciclar através de um “pseudo neo-desenvolvimentismo” manipulador e repressivo. A alternativa revolucionária deve integrar as tarefas democráticas e nacionais renegadas pela burguesia e as reivindicações proletárias e populares parciais numa estratégia socialista.

Escrito para Voz Operária – Debate e Construção (jornal de debate interno da CCLCP) Nº 6, 1º semestre de ano 2001.



## Liberdade

Não ficarei tão só no campo da arte,  
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,  
tudo farei por ti para exaltar-te,  
serenamente, alheio à própria sorte.

Para que eu possa um dia contemplar-te  
dominadora, em férvido transporte,  
direi que és bela e pura em toda parte,  
por maior risco em que essa audácia importe.

Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,  
que não exista força humana alguma  
que esta paixão embriagadora dome.

E que eu por ti, se torturado for,  
possa feliz, indiferente à dor,  
morrer sorrindo a murmurar teu nome"

*Carlos Marighella,  
São Paulo, Presídio Especial, 1939*

# 100 ANOS

(Salvador, 05/12/1911 – São Paulo, 04/11/1969)

# Carlos MARIGHELLA

"Tua luta foi contra a fome e a miséria,  
sonhavas com a fartura e a alegria,  
amavas a vida, o ser humano,  
a liberdade."

**Jorge Amado**